



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2021

PREGÃO

EDITAL Nº 49/2021

FORMA: ELETRÔNICO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA – VARRIÇÃO DE RUAS PARA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 49/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2021

DATA DA REALIZAÇÃO: 21/09/2021

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas

LOCAL: Prefeitura do Município de Chopinzinho – Paraná

www.comprasgovernamentais.gov.br “Acesso Identificado”

LICITAÇÃO DE AMPLA PARTICIPAÇÃO.

O **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 46.995.414/0001-60, através da Secretaria de Administração, sediado à Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Bairro São Miguel, Chopinzinho, Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito, Senhor Edson Luiz Cenci, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO – GLOBAL POR ITEM**, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Viação e Serviços Urbanos, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA – VARRIÇÃO DE RUAS PARA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, em conformidade com as condições das cláusulas adiante estabelecidas.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

21 de setembro de 2021 às 09h00min

UASG: 987503 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO/PR

Local da Sessão Pública: www.comprasgovernamentais.gov.br

O certame será processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar Municipal nº 086/2016 e legislação complementar aplicável e, no que couber, na Lei Federal nº 8.666/1993.

A Pregoeira será a Servidora Senhora Giliane Teles Forlin, designado pelo Decreto nº 18/2021, publicado no Diário Eletrônico DIOEMS - Edição nº 2273, de 11/01/2021.

1 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO.

1.1 - Os documentos referentes às **propostas comerciais, documentação de habilitação e anexos** das empresas interessadas deverão ser encaminhados de forma concomitante, a partir da



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

disponibilização do Edital no Sistema "COMPRASNET", até 21 de setembro de 2021 às 09h00min, no site www.comprasgovernamentais.gov.br

1.2 - A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá 21 de setembro de 2021 às 09h00min, no site www.comprasgovernamentais.gov.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

1.3 - É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO (Decreto nº 10.024/19, art. 30, § 5º).

2 – DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto deste PREGÃO a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA – VARRIÇÃO DE RUAS PARA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO.

2.1.1 - Conforme descrição, características e preços máximos a serem praticados, constante no Anexo 1 deste Edital.

2.2 - Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.chopinzinho.pr.gov.br

2.3 - As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (046) 3242-8614.

2.4 - As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Viação e Serviços Urbanos, telefone nº (46) 3242-1514.

2.5 - A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.6 - O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.7 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 - (Ampla Participação), poderão participar todas as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto licitado, que atenderem a todas as exigências deste Edital e que estiverem regularmente credenciados e em situação regular perante o sistema eletrônico do Portal COMPRASNET.

3.2 - As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao Portal COMPRASNET.

3.3 - Será vedada a participação de empresas:

- a) Declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;**
- b) Impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002;**
- c) Suspensas, temporariamente, de participação em licitação e impedidas de contratar, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;**
- d) Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;**
- e) Sob processo de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial de crédito.**
- f) Não poderão participar de qualquer fase da Licitação:**



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

f.1) Empresa que tenha dirigente, sócio, responsável técnico ou legal, que:

- a) Seja cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o 3º grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município, e principalmente membros da comissão de licitação, pregoeiros ou qualquer outra autoridade ligada à contratação;
- b) Seja ocupante de cargo comissionado e servidor efetivo com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados na Administração Pública do Município de Chopinzinho, e incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos, por afinidade ou por adoção, em linha reta, colateral até o 3º grau;
- c) Seja Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual (art. 54, II da Constituição de 1988) ou Vereador;
- d) Seja servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do artigo 9º, da Lei 8.666/93).

3.4 - Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.4.1 - que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.4.1.1 - nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.4.1.2 - nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.4.1.3 - que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.4.1.4 - que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.4.1.5 - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.1.6 - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.1.7 - que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.4.1.8 - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.1.9 - que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4 – DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame, conforme Art. 23 e 24 do Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

4.1.1 - As impugnações ou pedidos de esclarecimentos ao Edital deverão ser dirigidos ao pregoeiro por e-mail: licita2@chopinzinho.pr.gov.br, Correio via SEDEX, ou protocolizados em dias úteis, das



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

08h00 às 17h00, na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Divisão de Licitações e Contratos, Bairro São Miguel, CEP: 85.560-000, Chopinzinho-PR.

4.1.2 - Quando enviados por e-mail, todos os documentos deverão ser digitalizados e conter a identificação da empresa, endereço completo, nome e assinatura do responsável legal da proponente e a solicitação de confirmação de recebimento.

4.1.3 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.1.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.1.5 - Caso procedente e acolhido à impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame, salvo nos casos em que as alterações decorrentes da impugnação não alterarem a apresentação das propostas de preços.

4.2 - A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2 - O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

5.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.5.1 - A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6 – DO ENVIO CONCOMITANTE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

6.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.8 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 - O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.10 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

7.13 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.14 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.15 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.16 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.17 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.18 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.19 - Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.20 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.21 - Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.22 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.23 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.24 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.25 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.26 - O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.27 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.28 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.29 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.30 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

7.30.1 - no país;

7.30.2 - por empresas brasileiras;

7.30.3 - por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.30.4 - por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.31 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.32 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.33 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.34 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.35 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (horas), sob pena de não aceitação da proposta.

8.7 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.8 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência,



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.12 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.13 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.14 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 – DA HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 - SICAF;

9.1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.3 - Comprovante de ausência de registro junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR <https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>;

9.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

9.3 - Consoante o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdãos 266/2019 e 269/2019 – Plenário) e Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Acórdãos 3962/20 e 301/21 – Tribunal Pleno), a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração possui efeitos restritos ao âmbito do órgão ou entidade que aplicou a penalidade.

9.4 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5 - Os Licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:

9.6 - A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

9.6.1 - No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6.2 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

9.6.3 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.6.4 - Certidão Simplificada de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Demais expedida pela Junta Comercial do Estado da sede da Licitante, nos últimos 60 (sessenta) dias, contados a partir da data prevista para recebimento das propostas e da habilitação.

9.7 - A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

9.7.1 Certidão negativa de pedido de falência, concordata, recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

9.8 - A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

9.8.1 - Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**;

9.8.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta Relativa a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

9.8.3 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante;

9.8.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante;

9.8.5 - Certificado de Regularidade junto ao **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)**;

9.8.6 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

9.8.7 - Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame.

9.8.7.1 - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.8.8 - Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

9.9 - Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

9.10 - Deverá apresentar ainda as **DECLARAÇÕES**:

9.10.1 - Declaração de inexistência de fatos impeditivos de licitar ou contratar com a Administração Pública, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do Anexo deste Edital. **(ANEXO III)**.

9.10.2 - Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição de 1988 c/c Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02. **(ANEXO IV)**.

9.10.3 - Declaração de Não Parentesco - conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incurso nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93. (conforme modelo em anexo). **(ANEXO VII)**.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

9.10.4 - Declaração de enquadramento como ME ou EPP ou Equiparada, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, de 14/12/2006, alterada pela Lei nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014 - **(ANEXO V)**. (Exclusivo para empresas enquadradas como ME/EPP/Equiparadas).

9.11 - A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

9.11.1 - A(s) Empresa(s) deverá(ão) apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA, CAU ou outro órgão de competência, indicando o nome do responsável técnico.

9.11.2 - Declaração de Responsabilidade Técnica, acompanhado de Prova de Registro válido do Profissional no respectivo Conselho Regional.

9.11.1 - Apresentar declaração formal devidamente assinada, em conformidade com os preenchidos no Módulo 6 da planilha de custos, pelo representante legal e responsável contábil, informando as alíquotas de PIS e COFINS praticadas pela empresa e caso esteja sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverão apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais, comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária". (Acórdão n.º 2.622/2013 do TCU Plenário);

9.12 - No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.12.1 – Para auxiliar o julgamento, o Pregoeiro poderá solicitar catálogo ou prospecto com ficha técnica dos produtos ofertados para a licitação, de acordo com o item 8.8 deste Edital. Obs. Os catálogos ou prospectos deverão apresentar o objeto que realmente está sendo licitado, onde será analisado como critério de classificação da proposta.

9.13- O não atendimento das exigências constantes deste Edital implicará a inabilitação do licitante.

9.14 - Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

9.15 - No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16 - O não atendimento das exigências constantes do item 9 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.

9.17 - O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.18 - Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.19 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 – DO ENVIO DA PROPOSTA AJUSTADA

10.1 - A proposta de preços classificada em primeiro lugar, contendo as especificações detalhadas do objeto, com os preços unitários, adequados aos lances eventualmente ofertados, deverá ser



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

anexada no sistema do Compras Governamentais, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, contados a partir da convocação pelo Pregoeiro.

10.1.1 - A proposta deverá ser subscrita pelo representante legal do licitante, mediante procuração devidamente assinada, se for o caso, que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, devendo ser acompanhada do contrato ou estatuto social.

10.2 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

10.3 - A proposta deverá conter:

10.3.1 - **proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo II do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;**

10.3.2 - **preços unitários e totais**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

10.3.3 - indicação de que nos **preços ofertados** já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

10.3.4 - prazo de **validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º;

10.3.5 – **Deverá acompanhar a proposta final, a planilha orçamentária modelo disponibilizado pelo município para preenchimento, que compõe os custos para execução do objeto, devidamente assinada pelo representante legal, com o valor ajustado em consonância com o valor da proposta, sob pena de desclassificação;**

10.3.6 - O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00).**

10.3.7 - A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital** e **Anexos** sob pena de desclassificação.

10.3.8 - O Pregoeiro reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

10.3.9 - A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

10.4 - A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

11 - DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL OU AUTENTICADA

11.1 - A documentação solicitada no item 9, em original ou cópias autenticadas, e a proposta original, deverão ser apresentadas no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da solicitação do pregoeiro, no seguinte endereço: **Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, CEP 85560-000, Chopinzinho – PR.** Aos cuidados do Departamento de Compras, Licitações e Contratos e ao pregoeira responsável: Giliane Teles Forlin. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

11.2 - Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

11.3 - Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

12 – DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1 - Visando à comprovação da habilitação do licitante, serão consultadas online, em sistemas específicos, as seguintes situações:

12.1.1 - estar habilitado parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

12.1.2 - ter declarado no sítio Compras Governamentais a inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

12.1.3 - ter declarado no sítio Compras Governamentais que não utiliza mão de obra infantil;

12.1.4 - ter declarado no sítio Compras Governamentais que está de acordo com todas as exigências editalícias;

12.1.5 - ter declarado no sítio Compras Governamentais a “Elaboração Independente de Proposta”;

12.1.6 - não possuir registro impeditivo da contratação no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/ceis) e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCEPR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ai/ConsultarImpedidosWeb.aspx>). Caso haja algum registro impeditivo, o licitante será excluído do certame;

12.2 - Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

12.3 - Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

13 – DOS RECURSOS

13.1 - Declarado o vencedor, o Pregoeiro declarará aberto o prazo de recurso, que será de 20 (vinte) minutos, quando qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso. Manifestada a intenção, lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.4 - Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial de eventuais razões e contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito no sistema eletrônico em formulários próprios.

13.5 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax, ou que não tiverem sido manifestados durante a sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

13.6 - Os recursos terão efeito suspensivo.

13.7 - Durante o prazo para apresentação das razões e contrarrazões de recurso, o processo ficará custodiado junto à Comissão Permanente de Licitações, localizada no Prédio da Prefeitura.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

14.1.1 - Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

14.2 - A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14.2.1 - A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

15 - DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1 - As obrigações decorrentes deste **PREGÃO** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE CONTRATO**, cuja minuta consta como **Anexo VI** deste Edital.

15.2 - O Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 03 (três) vias**, providenciando a entrega da via original na Divisão de Licitações e Contratos do Município, localizada no prédio da Prefeitura, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**

15.3 - A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

15.4 - Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, **na hipótese de nomeação de procurador**, e cédula de identidade do representante.

15.5 - O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

16 - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1 Constitui objeto deste certame, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA – VARRIÇÃO DE RUAS, PARA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, conforme condições, especificações, valor e estimativa de consumo constantes neste Termo de Referência, Plano de Aplicação e Planilha de Custos Anexo I, cabendo à Secretaria solicitante informar se o serviço ofertado atende às exigências técnicas alvitadas.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL R\$
------	-------	------	----------------------	------------------------	--------------------



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

01	12	Meses	Contratação de Empresa para prestação de serviço de limpeza - varrição de ruas, a ser realizada em vias públicas do Município de Chopinzinho, de acordo com o Plano Básico e mapas das ruas - anexos. Metragem mensal a ser executada: 336.200 m; Número mínimo de funcionários, para execução dos serviços: 8 varredores e 1 motorista.	41.439,97	497.279,59
VALOR TOTAL CONFORME PESQUISA DE MERCADO R\$				497.279,59	

17 – DA MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

17.1 Cumprir com as exigências da Lei nº 6.514/77, regulamentada pela Portaria nº 3.214/78, em especial as Normas Regulamentadoras NR-5 CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, NR-6 EPI – Equipamentos de Proteção Individual, NR-7 PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, NR-9 PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais em todos os seus itens, subitens e anexos.

17.2 Fornecer e exigir a utilização EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) ao pessoal adequados a execução das tarefas; dar treinamento adequado a seus empregados quanto a forma correta de utilização dos EPI's, a periodicidade de troca bem como para que observem as corretas normas de ergonomia

17.3 Socorrer, transportar e dar assistência caso ocorra um acidente ao trabalhador, emitindo o correspondente CAT ao INSS.

17.4 Manter atualizados os exames periódicos de seus funcionários, realizar os devidos exames admissionais e demissionais, bem como seguir corretamente as regras de segurança e medicina do trabalho, mantendo atualizados o PPRA, PCMSO, LTCAT, entre outros.

17.5 Deverá a CONTRATADA oferecer o devido treinamento a seus funcionários quanto a forma de realizar suas atividades e operar as máquinas, evitando assim a ocorrência de acidentes.

17.6 A CONTRATADA deve evitar que seus trabalhadores prestem serviços em sobre jornada, devendo promover o correto pagamento das horas extras caso isso ocorra, bem como de eventual direito a adicional noturno ou de insalubridade.

17.7 Por se tratar de trabalho insalubre, é vedada a contratação de empregados menores de 18 (dezoito) anos.

18 – PRAZO DO CONTRATO

18.1 O prazo de vigência e execução dos serviços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

18.2 O prazo citado no item 18.1 poderá ser prorrogado por iguais e suscetíveis períodos, até o limite estabelecido na legislação em vigor, conforme Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

18.3 O prazo para o início da execução dos serviços será de até 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

19.1 – DO REAJUSTAMENTO

19.1.1 O valor do contrato poderá ser reajustado após o 12º (décimo segundo) mês da vigência do mesmo, utilizando-se como limite máximo para o reajuste a variação do IPCA ocorrida no período.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

20 – DA FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato pelo preço certo e ajustado de R\$ 41.439,97 (quarenta e um mil quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos) mensais, totalizando o Contrato em R\$ 497.279,59 (quatrocentos e noventa e sete mil duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e nove centavos) sem reajuste. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 05.02.154510009.2.012.3.3.90.39 Fonte 000 (1583) – Secretaria de Viação e Serviços Urbanos.

Parágrafo Único: O pagamento de quaisquer taxas, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, ou emolumentos concernentes ao objeto do presente Contrato correrá pôr conta exclusiva da CONTRATADA, desde o início dos serviços até a sua entrega definitiva.

20.2 Os serviços deverão ser executados dentro das especificações exigidas no Plano Básico, parte integrante do Termo de Referência, item 16.

20.3 O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo e no Edital.

20.4 A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentados pelos serviços fornecidos.

20.5 O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

20.6 As Notas de serviço somente serão pagas frente a apresentação do atestado de recebimento expedido pela Secretaria de Viação e Serviços Urbanos, juntamente com os relatórios da empresa, constando a descrição e quantificação dos serviços executados no mês, devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato, apresentação das cópias das guias de recolhimento da Previdência Social – GPS e do FGTS do mês da execução dos serviços, quitadas, com relatório da GFIP, devendo, ainda, apresentar relação dos funcionários que desempenharam as atividades no mês de referência, com indicação de cada função:

20.6.1 Caso a empresa deixe de realizar a limpeza em algum local determinado, dentre os especificados exigidos no cronograma do Plano Básico, item 16.2.3, serão descontados do seu pagamento os serviços não realizados.

20.7 Os pagamentos serão efetuados sempre no dia 15 (quinze) do mês subsequente à prestação dos serviços, com a apresentação da nota fiscal e do atestado de recebimento do Fiscal do Contrato. Pela Secretaria de Finanças.

20.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

21 – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

21.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

21.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência/ Plano de Aplicação, Edital e seus anexos.

21.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência/Plano de Aplicação e do Edital, para fins de aceitação e recebimento definitivo dos serviços.

21.1.3 Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja reparado ou corrigido.

21.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

21.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao Contrato/Pedido de Empenho, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

21.1.6 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada perante terceiros, vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos e subordinados.

21.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:

21.2.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital e seus anexos, assumindo com exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

21.2.2 Reparar ou corrigir às suas expensas o objeto mal executado.

21.2.3 Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o término do prazo de execução do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, se necessário.

21.2.4 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

21.2.5 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nos mesmos preços e condições da proposta, os acréscimos e supressões nos itens, até o limite de 25%, conforme art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

22 OUTRAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

22.1 Todos os empregados necessários para a realização dos trabalhos de varrição, transporte e destinação dos resíduos soltos deverão ser contratados pela empresa vencedora da licitação, a qual deverá obedecer a legislação trabalhista e previdenciária dos mesmos e arcar com todos os custos.

22.2 A CONTRATADA deverá colocar um funcionário de seu quadro de empregados na direção geral dos serviços (gerente), com a finalidade de acompanhar, orientar e gerenciar os trabalhos, inclusive receber reclamações que possam surgir e receber determinações da fiscalização. A indicação deste funcionário deverá ser feita antes da assinatura do contrato.

22.3 A CONTRATADA deverá colocar à disposição da população serviços de DISQUE LIMPEZA, para atender toda e qualquer reclamação a respeito dos trabalhos de sua responsabilidade.

22.4 Será terminantemente proibido aos funcionários ingerirem bebidas alcoólicas em serviço e pedirem gratificações, ou donativos de qualquer espécie e discutir com os munícipes a forma em que estão sendo realizados os serviços, sendo que, qualquer reclamação, deverá ser efetuada junto ao Departamento de Serviços Urbanos do Município.

22.5 A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos que, eventualmente, venha a causar ao CONTRATANTE, coisas, propriedades, ou terceiras pessoas, em decorrência da execução do serviço, correndo às suas expensas, sem responsabilidade ou ônus para o CONTRATANTE, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

22.6 A CONTRATADA se obrigará a respeitar, rigorosamente, durante o período de vigência do contrato, a legislação trabalhista, fiscal, ambiental e previdenciária, bem como as normas de higiene, saúde, segurança e sinalização, por cujos encargos responderão unilateralmente.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

22.7 O pagamento do salário aos funcionários pela empresa CONTRADA deverá ser feito por meio de crédito em conta-salário individualizada, visando o fiel cumprimento das obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho, devendo a mesma apresentar os comprovantes da referida transação bancária mensalmente, ou sempre que solicitada.

22.8 O pagamento de quaisquer taxas, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, ou emolumentos concernentes ao objeto do presente Contrato correrá pôr conta exclusiva da CONTRATADA, desde o início dos serviços até a sua entrega definitiva.

22.9 A CONTRATADA deverá manter seus funcionários devidamente uniformizados, e supridos de equipamentos de proteção individual – EPIs apropriados para a realização dos serviços.

22.10 A CONTRATADA deverá manter à disposição da CONTRATANTE, relatório diário de todos os serviços executados, bem como deverá apresentar à CONTRATANTE relatório mensal, constando a descrição e quantificação dos serviços executados no mês.

22.10.1 Caso a empresa deixe de realizar a limpeza em algum local determinado, dentre os especificados exigidos no cronograma do Plano Básico, item 16.2.3, serão descontados do seu pagamento os serviços não realizados.

23 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

23.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Solicitante.

23.2 A gestão do Contrato gerado a partir dele ficarão a cargo, do Senhor Glacir Zanata, CPF 441.394.979-04, Secretário Municipal de Viação e Serviços Urbanos.

23.3 A responsabilidade pela fiscalização do Contrato gerado a partir dele, estando sujeitos à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade dos itens do objeto licitado, ficarão a cargo, do Senhor Valdemir de Mattos, CPF 017.714.479-31, Diretor de serviços Urbanos; como Substituto a Senhorita Tânia Aparecida Dalfovo, CPF 103.682.429-27, Auxiliar Administrativo – Secretaria de Viação e Serviços Urbanos.

23.4 Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

23.5 Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme as cláusulas DAS PENALIDADES deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.

23.6 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

24 - DA RESCISÃO

24.1 – O Contrato gerados desta Licitação poderá ser rescindido:

24.1.1 – Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;

24.1.2 – Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

24.1.3 – A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

24.2 – O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

24.3 – Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

24.4 – Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

24.5 – Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.

24.6 – Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

24.7 – A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

24.7.1 – A não entrega dos produtos contratados;

24.7.2 – Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

24.7.3 – Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

24.8 – Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

24.8.1 – Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

24.8.2 – Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

24.8.3 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

24.8.4 – Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

24.8.5 – Decisão do Prefeito Municipal;

24.8.6 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecurável;

24.8.7 – As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 15.7 deste Termo.

25 - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI Nº 8.666/93)

25.1 O Contrato gerado poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

25.2 Aplica-se ao Contrato, gerado, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, até o limite de 25%, conforme art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

26 - DAS PENALIDADES

26.1 Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

26.2 O CONTRATANTE decide aplicar ao Contrato gerado, na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor total do Contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor total do Contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

26.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

26.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

26.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

26.6 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

26.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

26.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

26.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Viação e Serviços Urbanos, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

26.7.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

26.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

26.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;

26.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecurável;

26.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

27 - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

27.1 - Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

27.2 - Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.

27.3 - Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a **CONTRATADA** ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

qualquer momento, constatar o envolvimento da **CONTRATADA**, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

27.4 - Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

28 – DA PUBLICAÇÃO

28.1 - A publicação resumida do instrumento Contratual ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.

29 - DO FORO

39.1 - Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Contrato.

29.2 - E por estarem cientes de todas as cláusulas e anexos, justos e acordados, os contratantes firmarão o instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais.

30 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1 - O extrato resumido, o resultado e demais atos do presente certame será divulgado nos Órgãos Oficiais de Divulgação do Município, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico www.chopinzinho.pr.gov.br

30.2 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e ao Município de Chopinzinho não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.3 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

30.4 - Com fundamento na norma do art. 43, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93, é facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.

30.5 - Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, devidamente assinadas pelo Pregoeiro.

30.6 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá, com base na legislação vigente.

30.7 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá releva omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.

30.8 - Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.

30.9 - Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei, ou ainda, excepcionalmente através de cópia acompanhada do original para autenticação pelo



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Pregoeiro, e serão retidos para oportuna juntada aos autos do processo administrativo pertinente a esta licitação.

30.10 - Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

30.11 - Os documentos emitidos através da Internet serão conferidos pela Equipe de Apoio.

30.12 - Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

30.13 - Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

30.14 - O presente PREGÃO poderá ser anulado ou revogado, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

30.15 - O licitante vencedor deverá manter, durante a vigência do respectivo contrato, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório.

30.16 - Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

30.17 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

30.18 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Chopinzinho.

30.19 - Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro.

30.20 - As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

30.21 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;
ANEXO I.I	Mapa Roteiro de Coleta
ANEXO I.II	Planilha de Custos
ANEXO I.III	Projeto Básico de Coleta de Resíduos
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial;
ANEXO III	Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar com a Administração
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Regularidade com o Ministério do Trabalho
ANEXO V	Modelo de Declaração de Enquadramento – ME/EPP;
ANEXO VI	Modelo de Minuta do Contrato
ANEXO VII	Declaração de Não Parentesco.

Chopinzinho, 03 de setembro de 2021.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Edson Luiz Cenci
PREFEITO

André Felipe Moraes
Presidente da CPL



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 49/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA – VARRIÇÃO DE RUAS, PARA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO.

ANEXO – I TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1 DO SETOR REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Viação e Serviços Urbanos.

2 DA DESCRIÇÃO

2.1 Constitui objeto deste certame, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA – VARRIÇÃO DE RUAS, PARA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, conforme condições, especificações, valor e estimativa de consumo constantes neste Termo de Referência, Plano de Aplicação e Planilha de Custos Anexo I, cabendo à Secretaria solicitante informar se o serviço ofertado atende às exigências técnicas alvitadas.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL R\$
01	12	Me-ses	Contratação de Empresa para prestação de serviço de limpeza - varrição de ruas, a ser realizada em vias públicas do Município de Chopinzinho, de acordo com o Plano Básico e mapas das ruas - anexos. Metragem mensal a ser executada: 336.200 m; Número mínimo de funcionários, para execução dos serviços: 8 varredores e 1 motorista.	41.439,97	497.279,59
VALOR TOTAL CONFORME PESQUISA DE MERCADO R\$				497.279,59	

2.3 Valor máximo estimado da licitação é de **R\$ 497.279,59 (quatrocentos e noventa e sete mil, duzentos e setenta e nove reais, e cinquenta e nove centavos).**

3 DA FONTE DE RECURSOS

Secretaria de Viação e Serviços Urbanos
05.02.154510009.2.012.3.3.90.39 Fonte 000 (1583)

4 DO RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO DE PREÇOS

Clecia Steilmann Weber – Auxiliar Administrativo - Secretaria de Administração.

5 DO PRAZO, FORMA, CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

5.1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados após assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e suscetíveis períodos, até o limite estabelecido na legislação



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

em vigor, conforme Art. 57, inciso II, da Lei nº8.666/93.

5.1.1 A vigência para o início da execução dos serviços será de até 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

5.2 Os serviços deverão ser executados dentro das especificações exigidas no Plano Básico, parte integrante deste Termo de Referência, item 16.

5.3 O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópias à CONTRATADA, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo e no Edital.

5.4 A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentados pelos serviços fornecidos.

5.5 O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

5.6 As Notas de serviço somente serão pagas frente a apresentação do atestado de recebimento expedido pela Secretaria de Viação e Serviços Urbanos, juntamente com os relatórios da empresa, constando a descrição e quantificação dos serviços executados no mês, devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato, apresentação das cópias das guias de recolhimento da Previdência Social – GPS e do FGTS do mês da execução dos serviços, quitadas, com relatório da GFIP, devendo, ainda, apresentar relação dos funcionários que desempenharam as atividades no mês de referência, com indicação de cada função:

5.6.1 Caso a empresa deixe de realizar a limpeza em algum local determinado, dentre os especificados exigidos no cronograma do Plano Básico, item 16.2.3, serão descontados do seu pagamento os serviços não realizados.

5.7 Os pagamentos serão efetuados sempre no dia 15 (quinze) do mês subsequente à prestação dos serviços, com a apresentação da nota fiscal e do atestado de recebimento do Fiscal do Contrato. Pela Secretaria de Finanças.

5.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha incorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

6 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Solicitante.

6.2 A gestão do Contrato gerado a partir dele ficarão a cargo, do Senhor Glacir Zanata, CPF 441.394.979-04, Secretário Municipal de Viação e Serviços Urbanos.

6.3 A responsabilidade pela fiscalização do Contrato gerado a partir dele, estando sujeitos à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade dos itens do objeto licitado, ficarão a cargo, do Senhor Valdemir de Mattos, CPF 017.714.479-31, Diretor de serviços Urbanos; como Substituto a Senhorita Tânia Aparecida Dalfovo, CPF 103.682.429-27, Auxiliar Administrativo – Secretaria de Viação e Serviços Urbanos.

6.4 Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

6.5 Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme as cláusulas DAS PENALIDADES deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.

6.6 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

7 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência/ Plano de Aplicação, Edital e seus anexos.

7.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência/Plano de Aplicação e do Edital, para fins de aceitação e recebimento definitivo dos serviços.

7.1.3 Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja reparado ou corrigido.

7.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.

7.1.5 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao Contrato/Pedido de Empenho, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

7.1.6 A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA perante terceiros, vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos e subordinados.

7.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:

7.2.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital e seus anexos, assumindo com exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

7.2.2 Reparar ou corrigir às suas expensas o objeto mal executado.

7.2.3 Comunicar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o término do prazo de execução do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, se necessário.

7.2.4 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2.7 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nos mesmos preços e condições da proposta, os acréscimos e supressões nos itens, até o limite de 25%, conforme art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

8 OUTRAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 Todos os empregados necessários para a realização dos trabalhos de varrição, transporte e destinação dos resíduos soltos deverão ser contratados pela empresa vencedora da licitação, a qual deverá obedecer a legislação trabalhista e previdenciária dos mesmos e arcar com todos os custos.

8.2 A CONTRATADA deverá colocar um funcionário de seu quadro de empregados na direção geral dos serviços (gerente), com a finalidade de acompanhar, orientar e gerenciar os trabalhos, inclusive



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

receber reclamações que possam surgir e receber determinações da fiscalização. A indicação deste funcionário deverá ser feita antes da assinatura do contrato.

8.3 A CONTRATADA deverá colocar à disposição da população serviços de DISQUE LIMPEZA, para atender toda e qualquer reclamação a respeito dos trabalhos de sua responsabilidade.

8.4 Será terminantemente proibido aos funcionários ingerirem bebidas alcoólicas em serviço e pedirem gratificações, ou donativos de qualquer espécie e discutir com os munícipes a forma em que estão sendo realizados os serviços, sendo que, qualquer reclamação, deverá ser efetuada junto ao Departamento de Serviços Urbanos do Município.

8.5 A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos que, eventualmente, venha a causar ao CONTRATANTE, coisas, propriedades, ou terceiras pessoas, em decorrência da execução do serviço, correndo às suas expensas, sem responsabilidade ou ônus para o CONTRATANTE, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

8.6 A CONTRATADA se obrigará a respeitar, rigorosamente, durante o período de vigência do contrato, a legislação trabalhista, fiscal, ambiental e previdenciária, bem como as normas de higiene, saúde, segurança e sinalização, por cujos encargos responderão unilateralmente.

8.7 O pagamento do salário aos funcionários pela empresa CONTRADA deverá ser feito por meio de crédito em conta-salário individualizada, visando o fiel cumprimento das obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho, devendo a mesma apresentar os comprovantes da referida transação bancária mensalmente, ou sempre que solicitada.

8.8 O pagamento de quaisquer taxas, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, ou emolumentos concernentes ao objeto do presente Contrato correrá pôr conta exclusiva da CONTRATADA, desde o início dos serviços até a sua entrega definitiva.

8.9 A CONTRATADA deverá manter seus funcionários devidamente uniformizados, e supridos de equipamentos de proteção individual – EPIs apropriados para a realização dos serviços.

8.10 A CONTRATADA deverá manter à disposição da CONTRATANTE, relatório diário de todos os serviços executados, bem como deverá apresentar à CONTRATANTE relatório mensal, constando a descrição e quantificação dos serviços executados no mês.

8.10.1 Caso a empresa deixe de realizar a limpeza em algum local determinado, dentre os especificados exigidos no cronograma do Plano Básico, item 16.2.3, serão descontados do seu pagamento os serviços não realizados.

9 DA MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

9.1 Cumprir com as exigências da Lei nº 6.514/77, regulamentada pela Portaria nº 3.214/78, em especial as Normas Regulamentadoras NR-5 CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, NR-6 EPI – Equipamentos de Proteção Individual, NR-7 PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, NR-9 PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais em todos os seus itens, subitens e anexos.

9.2 Fornecer e exigir a utilização EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) ao pessoal adequados a execução das tarefas; dar treinamento adequado a seus empregados quanto a forma correta de utilização dos EPI's, a periodicidade de troca bem como para que observem as corretas normas de ergonomia.

9.3 Socorrer, transportar e dar assistência caso ocorra um acidente ao trabalhador, emitindo o correspondente CAT ao INSS.

9.4 Manter atualizados os exames periódicos de seus funcionários, realizar os devidos exames admissionais e demissionais, bem como seguir corretamente as regras de segurança e medicina do trabalho, mantendo atualizados o PPRA, PCMSO, LTCAT, entre outros.

9.5 Deverá a CONTRATADA oferecer o devido treinamento a seus funcionários quanto a forma de realizar suas atividades e operar as máquinas, evitando assim a ocorrência de acidentes.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

9.6 A CONTRATADA deve evitar que seus trabalhadores prestem serviços em sobre jornada, devendo promover o correto pagamento das horas extras caso isso ocorra, bem como de eventual direito a adicional noturno ou de insalubridade.

9.7 Por se tratar de trabalho insalubre, é vedada a contratação de empregados menores de 18 (dezoito) anos.

10 DA REVISÃO/ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

Os preços registrados não serão objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços, e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11 DA RESCISÃO

11.1 O Contrato gerado desta Licitação poderá ser rescindido:

11.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;

11.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

11.1.3 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

11.2 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

11.3 Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

11.4 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

11.5 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.

11.6 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

11.7 A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

11.7.1 A não entrega do serviço contratado;

11.7.2 Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

11.7.3 Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

11.8 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

11.8.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.8.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

11.8.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

11.8.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

11.8.5 Decisão do Prefeito Municipal;

11.8.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

11.8.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas nestas cláusulas, deste Termo/Edital/Contrato.

12 DAS ALTERAÇÕES

12.1 O Contrato gerado poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

12.2 Aplica-se ao Contrato, gerado, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, até o limite de 25%, conforme art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

13 DAS PENALIDADES

13.1 Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

13.2 O CONTRATANTE decide aplicar ao Contrato gerado, na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor total do Contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor total do Contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, quando verificada distorções graves;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

13.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

13.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

13.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

13.6 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

13.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

13.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

13.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Viação e Serviços Urbanos, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

13.7.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

13.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

13.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;

13.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecurável;

13.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

14 DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1 Ambos os CONTRATANTES deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

14.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.

14.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

14.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

15 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

15.1 A(s) Empresa(s) deverá(ão) apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA, CAU ou outro órgão de competência, indicando o nome do responsável técnico.

15.2 Declaração de Responsabilidade Técnica, acompanhado de Prova de Registro válido do Profissional no respectivo Conselho Regional.

16 DO PLANO DE APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 Da justificativa

O Município de Chopinzinho - PR, como responsável legal pela prestação dos serviços de limpeza urbana – varrição de ruas, para a devida execução dos serviços pela Secretaria de Viação e Serviços Urbanos, resolve pela continuidade da contratação de empresa para prestação e continuação dos serviços, tendo o presente plano como finalidade descrever os serviços a serem prestados pela empresa a ser CONTRATADA por meio de licitação para a execução, coleta, transporte e destino dos resíduos soltos oriundos da varrição manual das vias e logradouros públicos.

16.2 Do detalhamento do objeto

16.2.1 Da definição do serviço:

Define-se como varrição, os procedimentos referentes às atividades executadas manual ou mecanicamente, para arrastar, juntar e recolher os resíduos não acondicionados espalhados nas vias ou logradouros públicos, tais como papéis, plásticos e vidros provenientes de embalagens lançadas



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

por transeuntes, folhas e galhos/galhinhos de árvores, pequenas quantidades de material inerte decorrente do rolamento de veículos ou carregado pelas chuvas (terra, areia, britas), etc. Também pode ser admitido como pertinente ao serviço de varrição a remoção dos resíduos acumulados nas lixeiras públicas-cestas de lixo leve, geralmente instaladas nos passeios.

16.2.2 Dos locais e quantitativos para a execução do serviço:

Observações:

- Referência Metragens: <https://www.google.com.br/maps/place/Chopinzinho,+PR,+85560000/@25.855258,52.5417698,15z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x94efef9bb2960ee9:0xe267342c8a79f35e!8m2!3d25.8564679!4d-52.5372505?hl=pt-BR>.
- Nos trajetos especifica-se 1,0 m em cada lado da rua, o objetivo da contratação deste serviço é deixar as ruas limpas, com aspecto limpo, portanto a empresa deve estar ciente, que sujidades acumuladas no meio das ruas, bem como nas calçadas também devem ser varridas/retiradas.

16.2.2.1 Das Ruas Principais

16.2.2.1.1 Avenida XV de Novembro – TRAJETO 1: 1,0 m em cada lado da rua (estacionamento e canteiro central), compreendendo a extensão entre a rotatória da Avenida Getúlio Vargas até a rotatória do Centro Esportivo Dionisto Debona, sendo aproximadamente 1.600 m. Varrição solicitada 5 dias por semana. $1.600 \times 1,0 \times 4 = 6.400$ m dia.

Total aproximado a ser executado por dia: 6.400 m

Total aproximado a ser executado por semana: $6.400 \times 5 = 32.000$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $6.400 \times 20 = 128.000$ m

16.2.2.1.2 Avenida XV de Novembro – TRAJETO 2: 1,0 m em cada lado da rua (estacionamento e canteiro central), compreendendo a extensão entre a rotatória do Centro Esportivo Dionisto Debona e a esquina da Rua Arnaldo Busato (final do canteiro central), sendo aproximadamente 450 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $450 \times 1,0 \times 4 = 1.800$ m dia.

Total aproximado a ser executado por dia: 1.800 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $1.800 \times 2 = 3.600$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $1.800 \times 8 = 14.400$ m.

16.2.2.1.3 Avenida XV de Novembro – TRAJETO 3: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre e a esquina da Rua da Araucárias, sendo aproximadamente 500 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $500 \times 1,0 \times 2 = 1.000$ m dia.

Total aproximado a ser executado por dia: 1.000 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $1.000 \times 2 = 2.000$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $1.000 \times 8 = 8.000$ m.

16.2.2.1.4 Rua Santos Dumont: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua Antônio Vicente Duarte e a Rua de acesso ao Pelotão da Polícia Militar, sendo aproximadamente 300. Varrição solicitada 2 dias por semana. $300 \times 1,0 \times 2 = 600$ m dia.

Total aproximado a ser executado por dia: 600 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $600 \times 2 = 1.200$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $600 \times 8 = 4.800$ m.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

16.2.2.1.5 Rua Frei Everaldo: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre Avenida Getúlio Vargas e a Rua Washington Luiz, sendo aproximadamente 1.200 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $1.200 \times 1,0 \times 2 = 2.400$ m dia.

Total aproximado a ser executado por dia: 2.400 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $2.400 \times 2 = 4.800$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $2.400 \times 8 = 19.200$ m.

16.2.2.1.6 Rua 14 de Dezembro: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre Avenida Getúlio Vargas até a rotatória do Centro Esportivo Dionisto Debona, sendo aproximadamente 1.400 m. Varrição solicitada 4 dias por semana. $1.400 \times 1,0 \times 2 = 2.800$ m dia.

Total aproximado a ser executado por dia: 2.800 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $2.800 \times 4 = 11.200$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $2.800 \times 16 = 44.800$ m.

16.2.2.1.7 Rua Cel. San Thiago Dantas: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua São Pedro até a Rua Presidente Dutra, sendo aproximadamente 550 m. Varrição solicitada 3 dias por semana. $550 \times 1,0 \times 2 = 1.100$ m dia.

Total aproximado a ser executado por dia: 1.100 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $1.100 \times 3 = 3.300$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $1.100 \times 12 = 13.200$ m.

16.2.2.1.8 Avenida Getúlio Vargas – TRAJETO 1: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua 14 de Dezembro e até a Rua Presidente Tancredo Neves (rotatória do Posto Triângulo), sendo aproximadamente 750 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $750 \times 1,0 \times 2 = 1.500$ m dia.

Total aproximado a ser executado por dia: 1.500 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $1.500 \times 2 = 3.000$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $1.500 \times 8 = 12.000$ m.

16.2.2.1.9 Avenida Getúlio Vargas – TRAJETO 2: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão da Ponte (antes da Rua Emilio Inácio Costa) até a Rua 14 de Dezembro (fundos do Fórum Dr. Ercilio Alves de Souza), aproximadamente 1.500 m; mais o trajeto da Rua dos Antúrios, lado do Centro de Saúde do Bairro Nossa Senhora Aparecida, localizada entre a Rua Estevão Pires Carneiro e a Av. Getúlio Vargas, aproximadamente 150 m, perfazendo o total aproximado de 1.650 m. Varrição solicitada 1 dia por semana. $1.650 \times 1,0 \times 1 = 1.650$ m dia.

Total aproximado a ser executado por dia: 1.650 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $1.650 \times 1 = 1.650$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $1.650 \times 4 = 6.600$ m.

16.2.2.2 Das Interseções e Secundárias

16.2.2.2.1 Rua Antônio Vicente Duarte: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua 14 de Dezembro e a Rua Santos Dumont, sendo aproximadamente 450 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $450 \times 1,0 \times 2 = 900$ m dia.

Total aproximado a ser executado por dia: 900 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $900 \times 2 = 1.800$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $900 \times 8 = 7.200$ m.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

16.2.2.2.2 Rua Padre Anchieta: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua 13 de Maio ao lado do Paço Municipal e a Rua Frei Everaldo, sendo aproximadamente 550 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $550 \times 1,0 \times 2 = 1.100$ m dia.

Total aproximado a ser executado por dia: 1.100 m

Total aproximado a ser executado por semana: $1.100 \times 2 = 2.200$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $1.100 \times 8 = 8.800$ m.

16.2.2.2.3 Rua Miguel Procópio Kurpel - Frente do Paço Municipal: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua Afonso Pena e a Rua Padre Anchieta incluída a rotatória, sendo aproximadamente 150 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $150 \times 1,0 \times 2 = 300$ m.

Total aproximado a ser executado por dia: 300 m

Total aproximado a ser executado por semana: $300 \times 2 = 600$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $300 \times 8 = 2.400$ m.

16.2.2.2.4 Rua Afonso Pena: 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua Floriano Peixoto e a Rua Frei Everaldo, sendo aproximadamente 750 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $750 \times 1,0 \times 2 = 1.500$ m.

Total aproximado a ser executado por dia: 1.500 m

Total aproximado a ser executado por semana: $1.500 \times 2 = 3.000$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $1.500 \times 8 = 12.000$ m.

16.2.2.2.5 Rua 13 de Maio: 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua Padre Anchieta (rotatória do Paço Municipal) até Rua Afonso Pena mais 100 m sentido Rua Diogo Antônio Feijó, sendo aproximadamente 240 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $250 \times 1,0 \times 2 = 500$ m.

Total aproximado a ser executado por dia: 500 m

Total aproximado a ser executado por semana: $500 \times 2 = 1.000$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $500 \times 8 = 4.000$ m.

16.2.2.2.6 Rua Joaquim Nunes de Farias: 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão a partir da Rua Afonso Pena entre o Colégio Estadual Nova Visão e o Centro de Educação Infantil Professora Oneide Cecatto dos Santos, aproximadamente 120 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $120 \times 1,0 \times 2 = 240$ m.

Total aproximado a ser executado por dia: 240 m

Total aproximado a ser executado por semana: $240 \times 2 = 480$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $240 \times 8 = 1.920$ m.

16.2.2.2.7 Rua Diogo Antônio Feijó: 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua 14 de Dezembro e a Avenida XV de Novembro, sendo aproximadamente 140 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $140 \times 1,0 \times 2 = 280$ m.

Total aproximado a ser executado por dia: 280 m

Total aproximado a ser executado por semana: $280 \times 2 = 560$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $280 \times 8 = 2.240$ m.

16.2.2.2.8 Rua do Lazer e Escadaria: espaço total (valores aproximados - escadaria 42,0 x 1,2 m; estacionamento 98,0 x 10,0m), compreendendo a extensão entre a Avenida XV de Novembro e a Rua Frei Everaldo, sendo aproximadamente 980 m totais. Varrição solicitada 2 dias por semana.

Total aproximado a ser executado por dia: 980 m

Total aproximado a ser executado por semana: $980 \times 2 = 1.960$ m.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Total aproximado a ser executado por mês: $980 \times 8 = \underline{7.840}$.

16.2.2.2.9 Rua Voluntários da Pátria: 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua 14 de Dezembro e a Rua Frei Everaldo, sendo aproximadamente 270 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $270 \times 1,0 \times 2 = 540$ m.

Total aproximado a ser executado por dia: 540 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $540 \times 2 = \underline{1.080}$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $540 \times 8 = \underline{4.320}$ m.

16.2.2.2.10 Rua 7 de Setembro, 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua 14 de Dezembro e a Rua Frei Everaldo, sendo aproximadamente 270 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $270 \times 1,0 \times 2 = 540$ m.

Total aproximado a ser executado por dia: 540 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $540 \times 2 = \underline{1.080}$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $540 \times 8 = \underline{4.320}$ m.

16.2.2.2.11 Rua Presidente Dutra, 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua Cel. San Thiago Dantas e a Rua Pedro Ivo, aproximadamente 650 m; mais a continuação da Pista de Bicicleta, Rua Pedro Ivo até a Rua 7 de Setembro, Rua 7 de Setembro até o Parque do Lago, aproximadamente 350 m, perfazendo o total aproximado de 1.000 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $1.000 \times 1,0 \times 2 = 2.000$ m.

Total aproximado a ser executado por dia: 2.000 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $2.000 \times 2 = \underline{4.000}$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $2.000 \times 8 = \underline{16.000}$ m.

16.2.2.2.12 Rua Washington Luiz, 1,0 m cada lado da Rua, compreendendo a extensão entre a Rua 14 de Dezembro e a Rua Frei Everaldo, sendo aproximadamente 260 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $260 \times 1,0 \times 2 = 520$ m.

Total aproximado a ser executado por dia: 520 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $520 \times 2 = \underline{1.040}$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $520 \times 8 = \underline{4.160}$ m.

16.2.2.2.13 Lados da Rodoviária - Rua Ignácio Thomas e Rua Pedro C. Pinto, 1,0 m cada lado da rua, sendo aproximadamente 280 m. Varrição solicitada 3 dias por semana. $280 \times 1,0 \times 2 = 560$ m.

Total aproximado a ser executado por dia: 560 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $560 \times 3 = \underline{1.680}$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $560 \times 12 = \underline{6.720}$ m.

16.2.2.2.14 Rua João Bordinhão, 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua 14 de Dezembro e a Rua Cel. San Thiago Dantas, sendo aproximadamente 140 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $140 \times 1,0 \times 2 = 280$ m.

Total aproximado a ser executado por dia: 280 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $280 \times 2 = \underline{560}$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $280 \times 8 = \underline{2.240}$ m.

16.2.2.2.15 Rua da 8ª Constituinte, 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua Cel. San Thiago Dantas e a Rua Bispo Dom Carlos, sendo aproximadamente 130 m. Varrição solicitada 1 dia por semana. $130 \times 1,0 \times 1 = 130$ m.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Total aproximado a ser executado por dia: 130 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $130 \times 1 = 130$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $130 \times 4 = 520$ m.

16.2.3 Dos dias para execução dos serviços:

ITEM	RUAS E AVENIDAS	SEG.	TER.	QUA.	QUI.	SEX.	SAB.	QUANT SEMANA	QUANT	QUANT ANO
1	Avenida XV de Novembro – TRAJETO 1	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400		32.000	128.000	1.536.000
2	Avenida XV de Novembro – TRAJETO 2			1.800			1.800	3.600	14.400	172.800
3	Avenida XV de Novembro – TRAJETO 3			1.000			1.000	2.000	8.000	96.000
4	Rua Santos Dumont	600			600			1.200	4.800	57.600
5	Rua Frei Everaldo		2.400			2.400		4.800	19.200	230.400
6	Rua 14 de Dezembro	2.800		2.800	2.800		2.800	11.200	44.800	537.600
7	Rua Cel. San Thiago Dantas	1.100		1.100		1.100		3.300	13.200	158.400
8	Avenida Getúlio Vargas – TRAJETO 1	1.500					1.500	3.000	12.000	144.000
9	Avenida Getúlio Vargas – TRAJETO 2				1.650			1.650	6.600	79.200
10	Rua Antônio Vicente Duarte		900			900		1.800	7.200	86.400
11	Rua Padre Anchieta		1.100			1.100		2.200	8.800	105.600
12	Rua Miguel Procópio Kurpel – Frente do Paço Municipal		300			300		600	2.400	28.800
13	Rua Afonso Pena		1.500			1.500		3.000	12.000	144.000
14	Rua 13 de Maio		500			500		1.000	4.000	48.000
15	Rua Joaquim Nunes Farias		240			240		480	1.920	23.040
16	Rua Diogo Antônio Feijó		280		280			560	2.240	26.880
17	Rua do Lazer - Escadaria		980		980			1.960	7.840	94.080
18	Rua Voluntários da Pátria		540		540			1.080	4.320	51.840
19	Rua 7 de Setembro		540		540			1.080	4.320	51.840
20	Rua Presidente Dutra	2.000				2.000		4.000	16.000	192.000
21	Rua Washington Luiz	520			520			1.040	4.160	49.920
22	Lados da Rodoviária – Rua Ignacio Thomas e Rua Pedro C. Pinto	560		560			560	1.680	6.720	80.640
23	Rua João Bordinhão	280		280				560	2.240	26.880
24	Rua da 8ª Constituinte			260				260	1.040	12.480
Quantidades Totais Diária/Semana/Mensal/Anual		15.760	15.680	14.200	14.310	16.440	7.660	84.050	336.200	4.034.400

16.2.4 Dos totais para execução do serviço:

Total médio aproximado a ser executado por dia conforme quantitativo, contando 44 horas de trabalho mês, 5,5 dias na semana, 4,5 semanas no mês: **15.281,81 m.**

Total aproximado a ser executado por semana conforme quantitativo: **84.050 m.**

Total aproximado a ser executado por mês conforme quantitativo: **336.200 m.**

Total aproximado a ser executado por um ano conforme quantitativo: **4.034.400 m.**

16.3 Da quantidade e da mão de obra necessária:

Até junho/2016, o serviço de varrição de ruas ainda era executado pelo Município, em que era executado somente a limpeza na área central, AV. XV de Novembro, tendo sido executado o processo para contratação em 07/07/2016, Pregão Presencial 56/2016, Contrato inicial 208/2016. Em



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

que fora ampliada a área de execução para as ruas principais paralelas a Av. XV de Novembro e ruas adjacentes, como foi o primeiro processo executado, por falta de parâmetros ou experiência, fora informada a metragem a ser executada, sem exigência de um número mínimo de funcionários para a execução dos serviços, a qual hoje, para a execução de novo processo, tem-se noção, que pela metragem solicitada deve ter um número mínimo de funcionários trabalhando para que o serviço possa ser executado com perfeição, também para que a empresa CONTRATADA não sobre-carregue os funcionários que executarão o serviço.

Da Quantidade: a quantidade solicitada neste processo é menor, comparando-se a quantidade inicial solicitada no processo anterior, Pregão 56/2016, Contrato inicial 208/2016 de 07/07/2016, onde inicialmente foram solicitados 364.080 m mês, mais o aditamento de 89.896 m mês. Como pode ser observado no item 2.4, na quantidade mensal, estão sendo solicitados 336.200 m, comparando-se os números é menor, ocorre que no processo inicial Pregão 56/2016, fora especificado como linha de lateral 1,5 m de largura a ser varrida, que na realidade não necessitam ser executados ou mencionados, confirmado pelos próprios funcionários da empresa que hoje executa os serviços no Município, devido ao trânsito as sujidades se acumulam mais na beira das calçadas, sendo 1 metro o suficiente a ser especificado como largura lateral.

Se dividirmos a quantidade inicial solicitada em 2016, 364.080 m por 1,5 m, perfazem-se 242.720 m, que multiplicados por 1 m, perfazem os mesmos 242.720 m, mais os 89.896 m, no termo de aditamento processo 30/2017, em que fora estipulado 1 m de largura para a lateral, executando esta soma, seriam **332.616 metros**.

Fazendo este comparativo na realidade serão executados 3.584 metros a mais, neste processo, perfazem-se **336.200 metros** totais mês, estão sendo ampliados uma extensão do trajeto na Av. XV de Novembro, trajeto 3, 1.000 m dia (2.000 m semanais), sentido saída para Saudade do Iguçu/São João; uma extensão do trajeto da Av. Getúlio Vargas, trajeto 2, 1.650 m semanais, sentido saída para a Rodovia dos Imigrantes; ampliou-se de 3 para 4 dias para varrição da Rua 14 de Dezembro, 2.800 m a mais por semana; incluiu-se a extensão de um trecho da Rua Santos Dumont passando a frente da Escola Tasso Azevedo da Silveira até a Rua de acesso ao Pelotão da Polícia Militar 600 m dia (1.200 m semanais); ampliou-se a extensão da Rua Antônio Vicente Duarte, acesso a Rua Santos Dumont; ampliou-se a extensão da Rua 13 de Maio, mais 100 m (200 m semanais a mais) sentido Rua Diogo Antônio Feijó, passando a frente do Colégio Estadual Nova Visão; e ainda incluiu-se um trecho do trajeto da Rua Joaquim Nunes de Farias, entre o Colégio Estadual Nova Visão e o Centro de Educação Infantil Professora Oneide Cecatto dos Santos.

A inclusão de todos estes trechos faz-se necessário devido ao grande acúmulo de sujidades e lixo nestas extensões, principalmente no trecho a ser ampliado na Av. XV de Novembro, onde localizam-se a Coasul Cooperativa Agroindustrial, a Cerealista Pan e a Sojamil Comércio de Cereais, locais em que a maior parte da produção agrícola do Município é entregue/armazenada, o traslado dos caminhões neste local, gera um grande acúmulo de terra e sementes que caem dos caminhões, causando muita sujidade e poeira na área, o que vem desagradando muito a população transeunte, bem como os residentes no local, onde será necessário executar no mínimo duas varrições semanais, já na Av. Getúlio Vargas o maior problema é o acúmulo de lixo solto, por pedido também da população será executada uma varrição semanal com a catação do lixo solto na beira das calçadas.

Da mão de obra necessária: hoje a Empresa Ricardo Luis Bonin Eireli – EPP, CNPJ nº 15.006423/0001-96, Engegreen, que detém o contrato com o Município disponibiliza 5 funcionários para a execução dos serviços. A soma total da metragem dos serviços contabilizados no contrato são 453.976 m, 90.795,20 m por homem/mês, contando o mês com a média de 24,75 dias de trabalho (5,5 dias na semana, 4,5 semanas no mês, contara-se como média 25 dias mês), somam 3.668,50 m homem/dia, ou contando com a lateral apenas 1 m, que na realidade é o executado, somam 332.616 m, 66.595,20 m por homem/mês, contando o mês com a média de 25 dias de trabalho, somam 2.663,80 m homem/dia.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Segundo a própria (Empresa Ricardo Luis Bonin Eireli – EPP, CNPJ nº 15.006423/0001-96, Enggreen), informação enviada por e-mail, um homem é capaz de executar 2.000 metros/dia, bem abaixo do que a Empresa está executando hoje, conforme exposto acima, pelo contrato, são 2.663,80 m homem/dia, uma diferença de 690,72 m a mais homem/dia, o que leva-se a crer que está ocorrendo sobrecarga de trabalho.

Conforme a Cartilha de Limpeza Urbana, Trabalho Realizado pelo CPU - Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas do IBAM em convênio com a Secretaria Nacional de Saneamento - SNS - do Ministério da Ação Social - MAS. Em uma cidade com 10 mil metros de ruas calçadas, com muito tráfego e duas sarjetas e com frequência de varrição estabelecida em três vezes por semana, verificou-se uma velocidade média de varrição, com um só homem, de 180 m/h, ou seja, 1.440 metros por homem/dia, trabalhando, considerando oito horas por turno. Comparando esse quantitativo a quantidade exposta acima, 2.663,80 m homem/dia, um homem teria que trabalhar quase de 15 horas por dia para executar essa metragem, o que confirmaria a sobrecarga de trabalho.

Segundo projeto apresentado pela Universidade Federal de Juiz de Fora Faculdade de Engenharia - ESA Planejamento e Gestão de RSU LIMPEZA URBANA PGRSU – 2016 (gestão de resíduos sólidos), https://www.ufjf.br/engsanitariaeambiental/files/2012/09/RSU_Cap3_LimP_%c3%bablica_24052016_V1.pdf, a velocidade usual de varrição é de 1 a 2 km/(dia gari), pois há os fatores a considerar: periodicidade da varrição; extensão total e declividade das ruas; condições de tráfego automotivo; disponibilidade mão de obra / equipamentos; e concentração de lixo. A quantidade máxima aqui exposta 2 km/dia, condiz, com o que a Empresa Ricardo Luis Bonin Eireli – EPP, afirma 2.000 metros homem/dia.

Embora a administração entenda que os fatores, extensão total e declividade das ruas, as condições do tráfego automotivo, aplicação da periodicidade das varrições e a concentração de lixo (sujidades), influenciem no tempo para execução do serviço, para analisar estes fatores, para poder expor parâmetros, a administração teria que ter um estudo mais aprofundado, principalmente das condições do tráfego, nas duas Ruas principais de nossa cidade, apesar de ser uma cidade pequena, há dias em que o tráfego é bem intenso, com certeza tem influência no tempo de execução do serviço, devido aos carros estacionados nas ruas ao que crê-se ser o que mais atrapalha a velocidade de varrição.

Como as Ruas principais a Av. XV de Novembro, trajeto 1 e a Rua 14 de Dezembro são as ruas com o maior fluxo de veículos, os mais intensos, bem como são os maiores trajetos a serem executados por dia, 6.400 e 2.800 metros, considerando que na Avenida XV, são realizadas 5 varrições semanais, e na Rua 14 de Dezembro eram 3 varrições semanais e fora ampliado para 4 varrições, acredita-se que com essa periodicidade nestes trajetos pode ser considerada a capacidade 2.000 metros homem /dia.

Levando-se assim em consideração a informação passada pela Empresa Ricardo Luis Bonin Eireli – EPP, CNPJ nº 15.006423/0001-96, Enggreen, também conforme o projeto apresentado pela Universidade Federal de Juiz de Fora Faculdade de Engenharia – ESA, de que é possível execução dessa metragem, desta forma, impedir o sobrecarregamento de trabalho ao estipular um número mínimo de funcionários para a execução do serviços, também para tentar minimizar os custos do serviço para o Município, no caso de superestimação de mão de obra necessária, aplicando estes dados nas planilhas a seguir:

PLANILHA 1 – Aplicando o cálculo do tempo em horas necessário para executar cada trajeto diário, levando em consideração a quantidade de 2.000 metros/dia.

Trechos	Segunda 8h	Terça 8h	Quarta 8h	Quinta 8h	Sexta 8h	Sábado 4h	Quant. me- tros que ho- mem exe- cuta dia	Metros que um homem executa por minuto,	Metros a serem executa- dos por	Total do tempo em minutos para executar os trechos	Total do tempo em horas para executar os trechos
---------	---------------	-------------	--------------	--------------	-------------	--------------	--	--	--	--	--



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

							conside- rando 2.000 m/dia	conside- rando 2.000 m/dia	dia nos trechos		
1	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400		2000 m	4,17 m	6400 m	1534,77 min	25,58 h
2			1.800			1.800	2000 m	4,17 m	1800 m	431,65 min	7,19 h
3			1.000			1.000	2000 m	4,17 m	1000 m	239,81 min	4,00 h
4	600			600			2000 m	4,17 m	600 m	143,88 min	2,40 h
5		2.400			2.400		2000 m	4,17 m	2400 m	575,54 min	9,59 h
6	2.800		2.800	2.800		2.800	2000 m	4,17 m	2800 m	671,46 min	11,19 h
7	1.100		1.100		1.100		2000 m	4,17 m	1100 m	263,79 min	4,40 h
8	1.500					1.500	2000 m	4,17 m	1500 m	359,71 min	6,00 h
9				1.650			2000 m	4,17 m	1650 m	395,68 min	6,59 h
10		900			900		2000 m	4,17 m	900 m	215,83 min	3,60 h
11		1.100			1.100		2000 m	4,17 m	1100 m	263,79 min	4,40 h
12		300			300		2000 m	4,17 m	300 m	71,94 min	1,20 h
13		1.500			1.500		2000 m	4,17 m	1500 m	359,71 min	6,00 h
14		500			500		2000 m	4,17 m	500 m	119,90 min	2,00 h
15		240			240		2000 m	4,17 m	240 m	57,55 min	0,96 (1,36 h)
16		280		280			2000 m	4,17 m	280 m	67,15 min	1,12 h
17		980		980			2000 m	4,17 m	980 m	235,01 min	3,92 (4,32 h)
18		540		540			2000 m	4,17 m	540 m	129,50 min	2,16 h
19		540		540			2000 m	4,17 m	540 m	129,50 min	2,16 h
20	2.000				2.000		2000 m	4,17 m	2000 m	479,62 min	7,99 (8,39 h)
21	520			520			2000 m	4,17 m	520 m	124,70 min	2,08 h
22	560		560			560	2000 m	4,17 m	560 m	134,29 min	2,24 h
23	280		280				2000 m	4,17 m	280 m	67,15 min	1,12 h
24			260				2000 m	4,17 m	260 m	62,35 min	1,04 h

PLANILHA 2 – Aplicação do cálculo do tempo em horas necessário para executar cada trajeto diário

Trechos	Segunda 8h	Terça 8h	Quarta 8h	Quinta 8h	Sexta 8h	Sábado 4h
1	25,58	25,58	25,58	25,58	25,58	
2			7,19			7,19
3			4,00			4,00
4	2,40			2,40		
5		9,59			9,59	
6	11,19		11,19	11,19		11,19
7	4,40		4,40		4,40	
8	6,00					6,00
9				6,59		
10		4,00			4,00	
11		4,40			4,40	
12		1,20			1,20	
13		6,00			6,00	
14		2,00			2,00	
15		1,36			1,36	



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

16		1,12		1,12		
17		4,32		4,32		
18		2,16		2,16		
19		2,16		2,16		
20	8,39				8,39	
21	2,08			2,08		
22	2,24		2,24			2,24
23	1,12		1,12			
24			1,04			
Quantidade total horas por dia	73,15 h/dia	65,31 h/dia	58,04 h/dia	69,47 h/dia	72,58 h/dia	31,02 h/ meio dia
Quantidade homens necessários por dia 8h/dia	9,14	8,16	7,26	8,68	9,07	7,76
Média de homens necessários 8h/dia	7,75					

Conforme os cálculos apresentados pelas planilhas acima, do tempo necessário para a execução de cada trajeto, somatória total das semanas, aplicação em 8 horas diárias de trabalho, chega-se a média de 7,75 homens dia.

Portanto com todo o explanado acima, para a execução de uma varrição bem feita/realizada, nos dois lados das ruas, entendendo que se tiver sujeiras no meio da rua e nas calçadas estas também de ser retiradas/varridas, a empresa tem que estar ciente que ela deve deixar as ruas limpas, deve executar a remoção dos resíduos acumulados nas lixeiras públicas-cestas de lixo leve instaladas nos passeios, o mínimo aceitável para a execução dos serviços devem ser 8 funcionários para a execução da varrição, mais um motorista.

16.4 Da execução dos serviços:

16.4.1 Os serviços de varrição deverão sempre ser executados concomitantemente dos dois lados da via e logradouros públicos, inclusive no canteiro central ajardinado da Av. XV de Novembro, as equipes deverão se utilizar de carrinho tipo lutocar, guarnecidos com sacos plásticos especiais, suficientemente resistentes, para evitar o derramamento de resíduos, enquanto aguardam no passeio o recolhimento;

16.4.2 A CONTRATADA deverá manter regularmente os serviços de varrição, conforme roteiro e quantitativo, bem como executar varrição de resíduos resultantes de eventos ocorridos nesses logradouros, imediatamente após o término dos mesmos, se solicitado pela administração;

16.4.3 Na Rua do Lazer bem como a extensão da Escadaria, a varrição manual será executada na extensão total;

16.4.4 As equipes deverão efetuar o esvaziamento dos cestos de lixo públicos das vias, tanto dos existentes como dos que poderão ser instalados futuramente, repondo os sacos;

16.4.5 As equipes deverão fazer a separação dos resíduos: terra, pedras britas, galhinhos e folhas de árvores, deverão ser acondicionadas separadamente do materiais reciclados (papel, plástico, vidros, ferro, etc.);

16.4.6 O trabalho deverá ser feito de modo que centro da cidade fique sempre limpo.

16.5 Da destinação dos Resíduos:

16.5.1 O transporte dos resíduos acondicionados serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA, poderão ser encaminhados até o Centro de Reciclagem - Aterro Sanitário Municipal, devendo a Empresa CONTRATADA, firmar Termo de Acordo com a Associação dos Catadores de Recicláveis de Chopinzinho – ACREC, que mantém o controle do Centro de Reciclagem - Aterro



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Sanitário Municipal, destinação dos resíduos sólidos e orgânicos no Município; no caso da destinação em local próprio este deverá ter Licença de Operação concedida pelo órgão ambiental (IAP).

16.5.1.1 A distância entre a área central da cidade e o ponto de descarga é de aproximadamente 7 Km, 14 km ida e volta, distância média de quilometragem diária a ser rodada. A distância entre a garagem e o setor de coleta não está definida, pois é opcional a empresa definir um local de guarda de seu equipamento, não sendo obrigatória a necessidade de garagem.

16.5.2 As equipes de varrição deverão ensacar os animais de pequeno porte, mortos, que porventura forem encontrados em suas áreas de trabalho, comunicando imediatamente o fato ao setor de fiscalização sanitária do município.

16.6 Equipamentos de Segurança e Pessoal para execução do serviço:

16.6.1 A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos e pessoal necessários ao perfeito desempenho dos trabalhos, e adequados processos de limpeza das vias e logradouros públicos, observando a devida proteção a seus funcionários;

16.6.2 Todos os materiais, ferramentas, equipamentos e veículos (caminhão) necessários para a perfeita execução dos serviços de varrição e coleta, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, tais como: carrinho lutocar, vassouras, sacos de lixo (descartáveis e apropriados, resistentes o bastante para que não ocorram vazamentos), pás, enxadas; EPI'S - protetor solar, luvas de segurança, uniformes – calça, camiseta de manga curta e longa, calçado de segurança, boné, etc. de acordo com as normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT;

16.6.3 É atribuição da CONTRATADA apresentar plano de trabalho com a programação de horários conforme itinerários dos serviços, submetidos a aprovação da Prefeitura e dar ciência prévia dos horários de varrição a todos os moradores através de campanhas de esclarecimento (panfletos, carros volantes, rádios, etc.);

16.6.4 Todos os funcionários deverão passar por treinamentos de segurança e utilização de EPI's, educação ambiental, entre outros.

16.7 Obrigações Específicas

16.7.1 Executar a varrição dos resíduos soltos;

16.7.2 Executar a separação dos resíduos soltos;

16.7.3 Executar a coleta dos resíduos;

16.7.4 Dar destinação adequada dos resíduos soltos conforme especificado.

16.8 Do controle

A Secretaria de Viação e Serviços Urbanos efetuará um controle mensal de medição dos serviços executados, para efeito da execução dos pagamentos. Caso a empresa deixe de realizar a limpeza em algum local determinado, dentre os especificados exigidos no cronograma deste Plano Básico, item 16.2.3, serão descontados do seu pagamento os serviços não realizados.

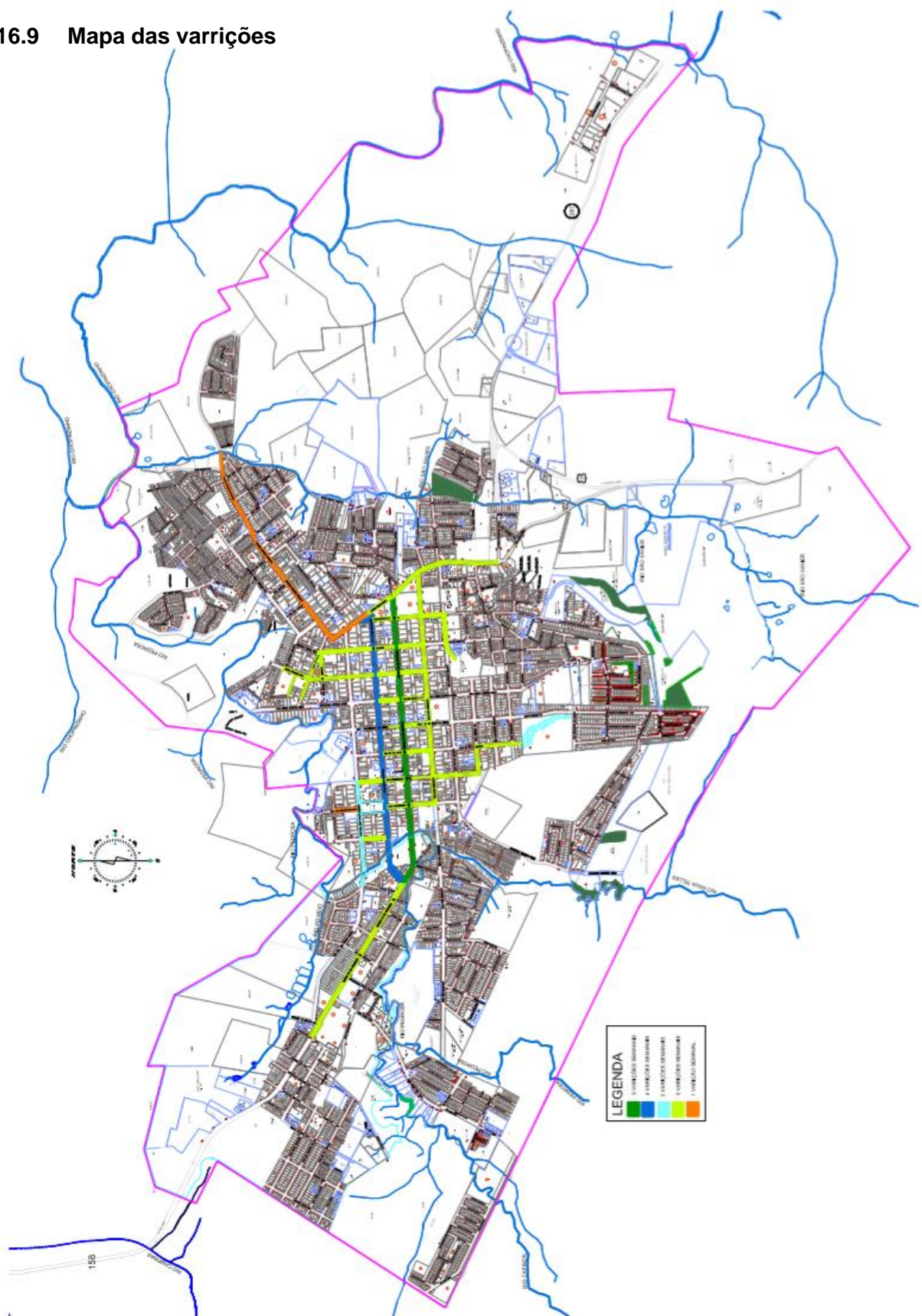


Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

16.9 Mapa das varrições





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

16.10 Planilha de custos:

17 PLANILHA DE CUSTOS MUNICÍPIO DE HOPINZINHO PARANÁ	
Varrição de Ruas	
Pregão Presencial nº XX/2021	
Processo nº XX/2021	

Dados complementares para composição dos custos		
A	Data da Proposta	
B	Município/UF	Chopinzinho -PR
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	2021
D	Nº de meses de execução contratual	12
Identificação do Serviço		
Tipo de serviço	Quantidade total a contratar MÊS	Unidade
Varrição de ruas	336,2	Km²

Módulo 1 - Composição da Remuneração *					
* Salário da Convenção CCT 2020/23, registro PR 00326/21 - MOTORISTA, CCT 2020/21, registro PR 003532/20					VARREDOR,
1.1	Composição da Remuneração Salário Base	Valor (R\$/mês)	Valor (R\$/hora)	Horas (mensais CONTRATADA)	Total R\$ Mensal
A	Varredor	1.395,00 44 h/ semanais	6,34	220	R\$ 1.395,00
B	Motorista*	1.800,15 44 h/ semanais	8,18	74,25	R\$ 607,55
1.2	Composição da Remuneração Insalubridade	Percentual (%)		Valor Mensal (R\$)	
B	Varredor	40% de R\$ 1.100,00		R\$ 440,00	
* Composição baseado em tempo utilizado pelo funcionário destinado aos resíduos oriundos do Município de Chopinzinho					

Quadro Resumo Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1.1	Composição da Remuneração	Valor Anual (R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Varredor	R\$ 22.020,00	R\$ 1.835,00
B	Motorista	R\$ 7.290,60	R\$ 607,55

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias				
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor Mensal Varredor (R\$)	Valor Mensal Motorista (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 152,86	R\$ 50,61
B	Adicional de Férias (1/3)	2,78%	R\$ 51,01	R\$ 16,89
C	Férias Remunerada	8,33%	R\$ 152,86	R\$ 50,61
Total Submódulo 2.1			R\$ 356,72	R\$ 118,11
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições				
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor Mensal Varredor(R\$)	Valor Mensal Motorista (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 367,00	R\$ 121,51
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 45,87	R\$ 15,19



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

C	SAT	3%	R\$ 55,05	R\$ 18,23
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 27,52	R\$ 9,11
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 18,35	R\$ 6,08
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 11,01	R\$ 3,65
G	INCRA	0,20%	R\$ 3,67	R\$ 1,22
H	FGTS	8,00%	R\$ 146,80	R\$ 48,60
Total Submódulo 2.2		R\$ 675,28	R\$ 223,58	

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor Mensal Varredor (R\$)	Valor Mensal Motorista (R\$)
A	Vale Transporte	-	R\$ 132,00	R\$ 132,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		R\$ 450,00	R\$ 450,00
C	Assistência Médica e familiar	-	R\$ 64,00	R\$ 64,00
D	Serviço Assistencial	-	R\$ 21,00	R\$ 21,00
E	Fundo de Formação	-	R\$ 21,00	R\$ 21,00
Total Submódulo 2.3		R\$ 688,00	R\$ 688,00	

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor Mensal Varredor (R\$)	Valor Mensal Motorista (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 356,72	R\$ 118,11
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 675,28	R\$ 223,58
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 688,00	R\$ 688,00
Total		R\$ 1.720,00	R\$ 1.029,69

Módulo 3. Custo de reposição do profissional ausente

Probabilidade de ocorrência de ausências legais, conforme previsão do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho. Neste caso foi utilizado probabilidade de ocorrência, mediante estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais-2016 (RAIS/MTE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-2016 (PNAD/IBGE), do Registro Civil (IBGE)-2016.

Memória de Cálculo - número de dias de reposição do profissional ausente para cada evento. São computados, então, a probabilidade de dias de ausência para cobertura, conforme escala de trabalho mensal.

3	Ausências Legais	Incidência anual	Duração Legal da Ausência	44 h	
				Proporção dias afetados - Dias úteis	Dias de reposição
A	Substituto na cobertura de Ausência por acidente trabalho	1,0000	15	69,04%	10
B	Substituto na cobertura de Ausência por afastamento por doença	1,0000	5	69,04%	3
C	Substituto na cobertura de Ausência por consulta médica de filho(a)/familiar	1,0000	2	100,00%	2
D	Substituto na cobertura de Ausência por óbitos na família	1,0000	2	69,04%	1
E	Substituto na cobertura de Ausência por Casamento	1,0000	3	100,00%	3



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

F	Substituto na cobertura de Ausência por doação de sangue	1,0000	1	100,00%	1
G	Substituto na cobertura de Ausência por Testemunho	1,0000	1	100,00%	1
H	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	1,0000	5	69,04%	3
I	Substituto na cobertura de Licença Maternidade	1,0000	120	69,04%	83
J	Substituto na cobertura de Ausência por consulta pré-natal	1,0000	6	100,00%	6
Total					113

SUBMÓDULO 3.1. CUSTO DIÁRIO PARA O REPOSITOR / AUSÊNCIAS LEGAIS

Ite	Categoria	Base de cálculo	Divisor do dia	Custo diário	Necessidade de Reposição	Custo anual	Custo mensal
A	Varrição	R\$ 3.555,00	30	R\$ 118,50	113	R\$ 13.390,51	R\$1.115,88
B	Motorista	R\$ 1.637,24	30	R\$ 54,57	113	R\$ 6.166,92	R\$ 513,91

QUADRO RESUMO MÓDULO 3 - TOTAL CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Provisão de 2,24% sobre o custo mensal para reposição do profissional ausente. Pesquisa de cidade vizinha com características dimensional, geográfica e populacional, semelhante a Chopinzinho.

Ite	Categoria	Custo mensal	VALOR MENSAL (2,24%)
A	Verredor	R\$ 1.115,88	R\$ 25,00
B	Motorista	R\$ 513,91	R\$ 11,51

Módulo 4 - Uniforme, EPI's, Diversos

4	Uniforme e EPI's VARREDOR	Num. Funcionários	Fator de Utilização (meses)	Quantidade anual	Valor unitário (R\$)	Valor anual(R\$)
4.1	Uniformes Varredor					
A	Camiseta manga curta com Faixa Refletiva	1	4 meses	3	R\$ 42,00	R\$ 126,00
B	Camiseta manga longa com Faixa Refletiva	1	4 meses	3	R\$ 45,00	R\$ 135,00
C	Calça Brim com faixa refletiva	1	3 meses	4	R\$ 52,90	R\$ 211,60
TOTAL UNIFORMES (ANUAL)					R\$	472,60
TOTAL UNIFORMES (MENSAL)					R\$	39,38
4.2	EPI's Varredor	Num. Funcionários	Fator de Utilização (meses)	Quantidade anual	Valor unitário (R\$)	Valor anual(R\$)
A	Calçado de Proteção	1	4 meses	3	R\$ 68,00	R\$ 204,00
B	Protetor solar profissional, F50, 120 ml.	1	4 meses	3	R\$ 15,00	R\$ 45,00
C	Capuz de segurança (boné)	1	6 meses	2	R\$ 25,00	R\$ 50,00
D	Luvas de proteção confeccionada em malha com revestimento Nitrílico CA valido	1	2 meses	6	R\$ 8,33	R\$ 49,98
TOTAL UNIFORMES (ANUAL)					R\$	348,98
TOTAL UNIFORMES (MENSAL)					R\$	29,08
4	Uniforme e EPI's MOTO-RISTA	Num. Funcionários	Fator de Utilização (meses)	Quantidade anual	Valor unitário (R\$)	Valor anual(R\$)
4.1	Uniformes Motorista					
A	Camiseta manga curta	1	6 meses	2	R\$ 42,00	R\$ 84,00
B	Camiseta manga longa	1	6 meses	2	R\$ 45,00	R\$ 90,00
C	Calça Brim	1	6 meses	2	R\$ 52,90	R\$ 105,80
TOTAL UNIFORMES (ANUAL)					R\$	279,80



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

TOTAL UNIFORMES (MENSAL)					R\$	23,32
EPI's Motorista						
A	Protetor solar profissional, F50, 120 ml.	1	6 meses	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00
B	Calçado de segurança	1	6 meses	2	R\$ 68,00	R\$ 136,00
TOTAL EPI's (ANUAL)					R\$	166,00
TOTAL EPI's (MENSAL)					R\$	13,83

Quadro-Resumo dos Módulos 4					
		Anual Varredor	Mensal Varredor	Anual Motorista	Mensal Motorista
A	Uniforme	R\$ 472,60	R\$ 39,38	R\$ 279,80	R\$ 23,32
B	EPI's	R\$ 348,98	R\$ 29,08	R\$ 166,00	R\$ 13,83
TOTAL		R\$ 821,58	R\$ 68,47	R\$ 445,80	R\$ 37,15

Módulo 5 - Custos com Instrumentos de trabalho						
5.1	Instrumento de Trabalho	Num. Funcionários	Fator de Utilização (meses)	Quantidade anual	Valor unitário (R\$)	Valor anual(R\$)
A	Vassoura Tipo Gari	1	1 mensal	12	R\$ 35,90	R\$ 430,80
B	Saco para Lixo 100 L (Rolo com 25 und)	1	7 rolos mensal (média de 7 sacos dia por funcionário)	84	R\$ 18,75	R\$ 1.575,00
C	Pá	1	1 anual	1	R\$ 29,90	R\$ 29,90
D	Enxada	1	1 anual	1	R\$ 39,90	R\$ 39,90
E	Carrinho Lutocar 100 L	1	1 anual	1	R\$ 680,00	R\$ 680,00
TOTAL INSTRUMENTO DE TRABALHO					R\$	2.755,60
5.2	Destinação final dos resíduos (14 Km/dia)	Número de veículos	Fator de Utilização	Valor unitário (R\$)	Unidade	Valor total (R\$) Anual
A	Óleo Diesel	1	116,67 L / mês (médias: 3 km/L - 14 km dia - 25 dias mês [14/3*25])	R\$ 4,22	Litro	R\$ 5.908,17
B	Óleo lubrificante automotivo (Serviço pesado, motor Diesel) 20 Litros	1	6,3 L / ano (médias: 1,5 L/1000Km - 350 Km/mês - 4200 Km ano [4,2*1,5])	R\$ 28,80	Litro	R\$ 181,44
C	Pneus Caminhão Coletor (6 pneus modelo de referência F4000)	1	6 pneus (1 jogo ano)	R\$ 1.080,00	Unidade	R\$ 6.480,00
D	Manutenção Mecânica	1	4 horas/mês	R\$ 131,48	Hora	R\$ 6.311,04
Total Anual					R\$	18.880,65
TOTAL DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS (MENSAL)					R\$	1.573,39

QUADRO RESUMO MÓDULO 5			
	Descrição	Anual	Mensal
5.1	Instrumetos de Trabalho (1 funcionário)	R\$ 2.755,60	R\$ 229,63
5.2	Destinação dos resíduos	R\$ 18.880,65	R\$ 1.573,39
Total Módulo 5		R\$	1.803,02

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Eventuais custos não previstos expressamente na memória de cálculo devem ser cobertos pelo LDI (Lucro e Despesas Indiretas) ou BDI (Bonificações e Despesas Indireta). A licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato. Os Custos Indiretos e o Lucro foram baseados nas propostas das licitantes participantes do último processo licitatório para contratação deste objeto.	



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

INFORMAÇÃO DE PERCENTUAIS ESTIMADOS DE CITL Valores baseados na Planilha de custos e formação de Preços (Instrução Normativa N° 5, de 26 de maio de 2017).

Custos Indiretos	1,57%
Tributos PIS 1,65% COFINS 7,6% ISS 5%	14,25%
Lucro	15,00%
Total	30,82%

Observação: “As empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverão apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais, comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária”. (Acórdão n.º 2.622/2013 do TCU Plenário);

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6.1	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Base de Cálculo	Percentual (%)	Valor Mensal(R\$)
A	Mão-de-obra (varredor)	R\$ 3.648,46	30,82%	R\$ 1.124,46
B	Mão-de-obra (motorista)	R\$ 1.685,90	30,82%	R\$ 519,59
6.2	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Base de Cálculo	Percentual (%)	Valor (R\$) Mensal
A	Instrumentos de trabalho	R\$ 229,63	30,82%	R\$ 70,77
B	Custo com destinação	R\$ 1.573,39	30,82%	R\$ 484,92

CUSTO POR TRABALHADOR

	Item	Valor Mensal Varredor (R\$)	Valor Mensal Motorista (R\$)
A	Quadro Resumo Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.835,00	R\$ 607,55
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.720,00	R\$ 1.029,69
C	Módulo 3. Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 25,00	R\$ 11,51
D	Módulo 4 - Uniforme, EPI's, Diversos	R\$ 68,47	R\$ 37,15
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.124,46	R\$ 519,59
	TOTAL	R\$ 4.772,92	R\$ 2.205,49

CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

	Categoria	Quantidade	Custo mensal	Custo Anual
	Varredor	8 varredores	R\$ 4.772,92	R\$ 458.200,46
	Motorista	1 Motorista	R\$ 2.205,49	R\$ 26.465,91
	Custo destinação	12 meses	R\$ 484,92	R\$ 5.819,02
	Custo com Instrumento de trabalho	12 meses	R\$ 70,77	R\$ 6.794,21
	VALOR TOTAL DO CONTRATO		R\$	497.279,59
	Mensal		R\$	41.439,97

Chopinzinho 19 de agosto de 2021.

Glacir Zanatta
Secretário de Viação e Serviços Urbanos



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 49/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA –
VARRIÇÃO DE RUAS, PARA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**

ANEXO – II

MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL (uso obrigatório por todas as licitantes)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), propõe fornecer ao Município de Chopinzinho-PR, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº 49/2021, conforme abaixo discriminado:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	UNIT. R\$	TOTAL R\$
VALOR TOTAL - R\$					

Informar o item que pretende participar, a quantidade/unidade/descrição/marca/modelo.

Informar que a validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

Prazo de pagamento: Os pagamentos serão efetuados sempre no dia 15 (quinze) do mês subsequente à prestação dos serviços, com a apresentação da nota fiscal e do atestado de recebimento do Fiscal do Contrato. Pela Secretaria de Finanças.

Prazo de entrega: Conforme Termo de Referência, em Chopinzinho-PR.

Deverá acompanhar a proposta final, a planilha orçamentária, conforme modelo disponibilizado pelo município para preenchimento, que compõe os custos para execução do objeto, devidamente assinada pelo representante legal, com o valor ajustado em consonância com o valor da proposta, sob pena de desclassificação;

Informar o código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento.

Local e data

(nome e assinatura do representante legal do licitante)

RG :
Cargo :



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 49/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA –
VARRIÇÃO DE RUAS, PARA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

ANEXO - III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

A empresa....., com sede na
....., nº, C.N.P.J. nº,
....., DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal/procurador.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 49/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA –
VARRIÇÃO DE RUAS, PARA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**

ANEXO - IV

**MODELO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM ATENDIMENTO AO DIS-
POSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

(papel timbrado da licitante)

A empresa....., com sede na
....., nº, C.N.P.J. nº,
....., DECLARA, sob as penas da lei, para fins do dis-
posto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei
nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Local e data.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 49/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA –
VARRIÇÃO DE RUAS, PARA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**

ANEXO - V

MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME/EPP
(papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de: ----- (indicar se é microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa), nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

Local e data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/CPF/RG)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 49/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA – VARRIÇÃO DE RUAS, PARA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

ANEXO – VI

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel, CEP: 85.560-000, Chopinzinho, Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito, senhor Edson Luiz Cenci, brasileiro, portador do RG nº 3.533.5934 SSP/PR, inscrito no CPF nº 518.894.719-68, abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro a Empresa: -----, inscrita no CNPJ sob o nº -----, com sede na Rua: -----, Cidade de-----, Estado - -----, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº 49/2021**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto deste certame, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA – VARRIÇÃO DE RUAS, PARA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, conforme condições, especificações, valor e estimativa de consumo constantes neste Termo de Referência, Plano de Aplicação e Planilha de Custos Anexo I, cabendo à Secretaria solicitante informar se o serviço ofertado atende às exigências técnicas alvitadas.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL R\$
01	12	Me-ses	Contratação de Empresa para prestação de serviço de limpeza - varrição de ruas, a ser realizada em vias públicas do Município de Chopinzinho, de acordo com o Plano Básico e mapas das ruas - anexos. Metragem mensal a ser executada: 336.200 m; Número mínimo de funcionários, para execução dos serviços: 8 varredores e 1 motorista.	41.439,97	497.279,59
VALOR TOTAL CONFORME PESQUISA DE MERCADO R\$				497.279,59	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

2.1 Da definição do serviço:

Define-se como varrição, os procedimentos referentes às atividades executadas manual ou mecanicamente, para arrastar, juntar e recolher os resíduos não acondicionados espalhados nas vias ou logradouros públicos, tais como papéis, plásticos e vidros provenientes de embalagens lançadas por transeuntes, folhas e galhos/galhinhos de arvores, pequenas quantidades de material inerte decorrente do rolamento de veículos ou carregado pelas chuvas (terra, areia, britas), etc. Também



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

pode ser admitido como pertinente ao serviço de varrição a remoção dos resíduos acumulados nas lixeiras públicas-cestas de lixo leve, geralmente instaladas nos passeios.

2.2 Dos locais e quantitativos para a execução do serviço:

Observações:

- Referência Metragens: <https://www.google.com.br/maps/place/Chopinzinho,+PR,+85560000/@25.855258,52.5417698,15z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x94efef9bb2960ee9:0xe267342c8a79f35e!8m2!3d25.8564679!4d-52.5372505?hl=pt-BR>.
- Nos trajetos especifica-se 1,0 m em cada lado da rua, o objetivo da contratação deste serviço é deixar as ruas limpas, com aspecto limpo, portanto a empresa deve estar ciente, que sujidades acumuladas no meio das ruas, bem como nas calçadas também devem ser varridas/retiradas.

2.3 Das Ruas Principais

2.4 Avenida XV de Novembro – TRAJETO 1: 1,0 m em cada lado da rua (estacionamento e canteiro central), compreendendo a extensão entre a rotatória da Avenida Getúlio Vargas até a rotatória do Centro Esportivo Dionisto Debona, sendo aproximadamente 1.600 m. Varrição solicitada 5 dias por semana. $1.600 \times 1,0 \times 4 = 6.400$ m dia.

Total aproximado a ser executado por dia: 6.400 m

Total aproximado a ser executado por semana: $6.400 \times 5 = 32.000$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $6.400 \times 20 = 128.000$ m

2.5 Avenida XV de Novembro – TRAJETO 2: 1,0 m em cada lado da rua (estacionamento e canteiro central), compreendendo a extensão entre a rotatória do Centro Esportivo Dionisto Debona e a esquina da Rua Arnaldo Busato (final do canteiro central), sendo aproximadamente 450 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $450 \times 1,0 \times 4 = 1.800$ m dia.

Total aproximado a ser executado por dia: 1.800 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $1.800 \times 2 = 3.600$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $1.800 \times 8 = 14.400$ m.

2.6 Avenida XV de Novembro – TRAJETO 3: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre e a esquina da Rua da Araucárias, sendo aproximadamente 500 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $500 \times 1,0 \times 2 = 1.000$ m dia.

Total aproximado a ser executado por dia: 1.000 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $1.000 \times 2 = 2.000$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $1.000 \times 8 = 8.000$ m.

2.7 Rua Santos Dumont: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua Antônio Vicente Duarte e a Rua de acesso ao Pelotão da Polícia Militar, sendo aproximadamente 300. Varrição solicitada 2 dias por semana. $300 \times 1,0 \times 2 = 600$ m dia.

Total aproximado a ser executado por dia: 600 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $600 \times 2 = 1.200$ m.

Total aproximado a ser executado por mês: $600 \times 8 = 4.800$ m.

2.8 Rua Frei Everaldo: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre Avenida Getúlio Vargas e a Rua Washington Luiz, sendo aproximadamente 1.200 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $1.200 \times 1,0 \times 2 = 2.400$ m dia.

Total aproximado a ser executado por dia: 2.400 m.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Total aproximado a ser executado por semana: $2.400 \times 2 = 4.800 \text{ m.}$

Total aproximado a ser executado por mês: $2.400 \times 8 = 19.200 \text{ m.}$

2.9 Rua 14 de Dezembro: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre Avenida Getúlio Vargas até a rotatória do Centro Esportivo Dionisto Debona, sendo aproximadamente 1.400 m. Varrição solicitada 4 dias por semana. $1.400 \times 1,0 \times 2 = 2.800 \text{ m dia.}$

Total aproximado a ser executado por dia: 2.800 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $2.800 \times 4 = 11.200 \text{ m.}$

Total aproximado a ser executado por mês: $2.800 \times 16 = 44.800 \text{ m.}$

2.10 Rua Cel. San Thiago Dantas: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua São Pedro até a Rua Presidente Dutra, sendo aproximadamente 550 m. Varrição solicitada 3 dias por semana. $550 \times 1,0 \times 2 = 1.100 \text{ m dia.}$

Total aproximado a ser executado por dia: 1.100 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $1.100 \times 3 = 3.300 \text{ m.}$

Total aproximado a ser executado por mês: $1.100 \times 12 = 13.200 \text{ m.}$

2.11 Avenida Getúlio Vargas – TRAJETO 1: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua 14 de Dezembro e até a Rua Presidente Tancredo Neves (rotatória do Posto Triângulo), sendo aproximadamente 750 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $750 \times 1,0 \times 2 = 1.500 \text{ m dia.}$

Total aproximado a ser executado por dia: 1.500 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $1.500 \times 2 = 3.000 \text{ m.}$

Total aproximado a ser executado por mês: $1.500 \times 8 = 12.000 \text{ m.}$

2.12 Avenida Getúlio Vargas – TRAJETO 2: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão da Ponte (antes da Rua Emilio Inácio Costa) até a Rua 14 de Dezembro (fundos do Fórum Dr. Ercilio Alves de Souza), aproximadamente 1.500 m; mais o trajeto da Rua dos Antúrios, lado do Centro de Saúde do Bairro Nossa Senhora Aparecida, localizada entre a Rua Estevão Pires Carneiro e a Av. Getúlio Vargas, aproximadamente 150 m, perfazendo o total aproximado de 1.650 m. Varrição solicitada 1 dia por semana. $1.650 \times 1,0 \times 1 = 1.650 \text{ m dia.}$

Total aproximado a ser executado por dia: 1.650 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $1.650 \times 1 = 1.650 \text{ m.}$

Total aproximado a ser executado por mês: $1.650 \times 4 = 6.600 \text{ m.}$

2.13 Das Interseções e Secundárias

2.14 Rua Antônio Vicente Duarte: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua 14 de Dezembro e a Rua Santos Dumont, sendo aproximadamente 450 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $450 \times 1,0 \times 2 = 900 \text{ m dia.}$

Total aproximado a ser executado por dia: 900 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $900 \times 2 = 1.800 \text{ m.}$

Total aproximado a ser executado por mês: $900 \times 8 = 7.200 \text{ m.}$

2.15 Rua Padre Anchieta: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua 13 de Maio ao lado do Paço Municipal e a Rua Frei Everaldo, sendo aproximadamente 550 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $550 \times 1,0 \times 2 = 1.100 \text{ m dia.}$

Total aproximado a ser executado por dia: 1.100 m

Total aproximado a ser executado por semana: $1.100 \times 2 = 2.200 \text{ m.}$



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Total aproximado a ser executado por mês: $1.100 \times 8 = \underline{8.800 \text{ m.}}$

2.16 Rua Miguel Procópio Kurpel - Frente do Paço Municipal: 1,0 m em cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua Afonso Pena e a Rua Padre Anchieta incluída a rotatória, sendo aproximadamente 150 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $150 \times 1,0 \times 2 = 300 \text{ m.}$

Total aproximado a ser executado por dia: 300 m

Total aproximado a ser executado por semana: $300 \times 2 = \underline{600 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por mês: $300 \times 8 = \underline{2.400 \text{ m.}}$

2.17 Rua Afonso Pena: 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua Floriano Peixoto e a Rua Frei Everaldo, sendo aproximadamente 750 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $750 \times 1,0 \times 2 = 1.500 \text{ m.}$

Total aproximado a ser executado por dia: 1.500 m

Total aproximado a ser executado por semana: $1.500 \times 2 = \underline{3.000 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por mês: $1.500 \times 8 = \underline{12.000 \text{ m.}}$

2.18 Rua 13 de Maio: 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua Padre Anchieta (rotatória do Paço Municipal) até Rua Afonso Pena mais 100 m sentido Rua Diogo Antônio Feijó, sendo aproximadamente 240 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $250 \times 1,0 \times 2 = 500 \text{ m.}$

Total aproximado a ser executado por dia: 500 m

Total aproximado a ser executado por semana: $500 \times 2 = \underline{1.000 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por mês: $500 \times 8 = \underline{4.000 \text{ m.}}$

2.19 Rua Joaquim Nunes de Farias: 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão a partir da Rua Afonso Pena entre o Colégio Estadual Nova Visão e o Centro de Educação Infantil Professora Oneide Cecatto dos Santos, aproximadamente 120 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $120 \times 1,0 \times 2 = 240 \text{ m.}$

Total aproximado a ser executado por dia: 240 m

Total aproximado a ser executado por semana: $240 \times 2 = \underline{480 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por mês: $240 \times 8 = \underline{1.920 \text{ m.}}$

2.20 Rua Diogo Antônio Feijó: 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua 14 de Dezembro e a Avenida XV de Novembro, sendo aproximadamente 140 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $140 \times 1,0 \times 2 = 280 \text{ m.}$

Total aproximado a ser executado por dia: 280 m

Total aproximado a ser executado por semana: $280 \times 2 = 560 \text{ m.}$

Total aproximado a ser executado por mês: $280 \times 8 = 2.240 \text{ m}$

2.21 Rua do Lazer e Escadaria: espaço total (valores aproximados - escadaria 42,0 x 1,2 m; estacionamento 98,0 x 10,0m), compreendendo a extensão entre a Avenida XV de Novembro e a Rua Frei Everaldo, sendo aproximadamente 980 m totais. Varrição solicitada 2 dias por semana.

Total aproximado a ser executado por dia: 980 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $980 \times 2 = \underline{1.960 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por mês: $980 \times 8 = \underline{7.840 \text{ m.}}$

2.22 Rua Voluntários da Pátria: 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua 14 de Dezembro e a Rua Frei Everaldo, sendo aproximadamente 270 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $270 \times 1,0 \times 2 = 540 \text{ m.}$



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Total aproximado a ser executado por dia: 540 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $540 \times 2 = \underline{1.080 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por mês: $540 \times 8 = \underline{4.320 \text{ m.}}$

2.23 Rua 7 de Setembro, 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua 14 de Dezembro e a Rua Frei Everaldo, sendo aproximadamente 270 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $270 \times 1,0 \times 2 = \underline{540 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por dia: 540 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $540 \times 2 = \underline{1.080 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por mês: $540 \times 8 = \underline{4.320 \text{ m.}}$

2.24 Rua Presidente Dutra, 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua Cel. San Thiago Dantas e a Rua Pedro Ivo, aproximadamente 650 m; mais a continuação da Pista de Bicicleta, Rua Pedro Ivo até a Rua 7 de Setembro, Rua 7 de Setembro até o Parque do Lago, aproximadamente 350 m, perfazendo o total aproximado de 1.000 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $1.000 \times 1,0 \times 2 = \underline{2.000 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por dia: 2.000 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $2.000 \times 2 = \underline{4.000 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por mês: $2.000 \times 8 = \underline{16.000 \text{ m.}}$

2.25 Rua Washington Luiz, 1,0 m cada lado da Rua, compreendendo a extensão entre a Rua 14 de Dezembro e a Rua Frei Everaldo, sendo aproximadamente 260 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $260 \times 1,0 \times 2 = \underline{520 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por dia: 520 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $520 \times 2 = \underline{1.040 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por mês: $520 \times 8 = \underline{4.160 \text{ m.}}$

2.26 Lados da Rodoviária - Rua Ignácio Thomas e Rua Pedro C. Pinto, 1,0 m cada lado da rua, sendo aproximadamente 280 m. Varrição solicitada 3 dias por semana. $280 \times 1,0 \times 2 = \underline{560 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por dia: 560 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $560 \times 3 = \underline{1.680 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por mês: $560 \times 12 = \underline{6.720 \text{ m.}}$

2.27 Rua João Bordinhão, 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua 14 de Dezembro e a Rua Cel. San Thiago Dantas, sendo aproximadamente 140 m. Varrição solicitada 2 dias por semana. $140 \times 1,0 \times 2 = \underline{280 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por dia: 280 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $280 \times 2 = \underline{560 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por mês: $280 \times 8 = \underline{2.240 \text{ m.}}$

2.28 Rua da 8ª Constituinte, 1,0 m cada lado da rua, compreendendo a extensão entre a Rua Cel. San Thiago Dantas e a Rua Bispo Dom Carlos, sendo aproximadamente 130 m. Varrição solicitada 1 dia por semana. $130 \times 1,0 \times 1 = \underline{130 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por dia: 130 m.

Total aproximado a ser executado por semana: $130 \times 1 = \underline{130 \text{ m.}}$

Total aproximado a ser executado por mês: $130 \times 4 = \underline{520 \text{ m.}}$

2.29 Dos dias para execução dos serviços:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ITEM	RUAS E AVENIDAS	SEG.	TER.	QUA.	QUI.	SEX.	SAB.	QUANT SE- MANA	QUANT MÊS	QUANT ANO
1	Avenida XV de Novembro – TRAJETO 1	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400		32.000	128.000	1.536.000
2	Avenida XV de Novembro – TRAJETO 2			1.800			1.800	3.600	14.400	172.800
3	Avenida XV de Novembro – TRAJETO 3			1.000			1.000	2.000	8.000	96.000
4	Rua Santos Dumont	600			600			1.200	4.800	57.600
5	Rua Frei Everaldo		2.400			2.400		4.800	19.200	230.400
6	Rua 14 de Dezembro	2.800		2.800	2.800		2.800	11.200	44.800	537.600
7	Rua Cel. San Thiago Dan- tas	1.100		1.100		1.100		3.300	13.200	158.400
8	Avenida Getúlio Vargas – TRAJETO 1	1.500					1.500	3.000	12.000	144.000
9	Avenida Getúlio Vargas – TRAJETO 2				1.650			1.650	6.600	79.200
10	Rua Antônio Vicente Du- arte		900			900		1.800	7.200	86.400
11	Rua Padre Anchieta		1.100			1.100		2.200	8.800	105.600
12	Rua Miguel Procópio Kur- pel – Frente do Paço Municipal		300			300		600	2.400	28.800
13	Rua Afonso Pena		1.500			1.500		3.000	12.000	144.000
14	Rua 13 de Maio		500			500		1.000	4.000	48.000
15	Rua Joaquim Nunes Farias		240			240		480	1.920	23.040
16	Rua Diogo Antônio Feijó		280		280			560	2.240	26.880
17	Rua do Lazer - Escadaria		980		980			1.960	7.840	94.080
18	Rua Voluntários da Pátria		540		540			1.080	4.320	51.840
19	Rua 7 de Setembro		540		540			1.080	4.320	51.840
20	Rua Presidente Dutra	2.000				2.000		4.000	16.000	192.000
21	Rua Washington Luiz	520			520			1.040	4.160	49.920
22	Lados da Rodoviária – Rua Ignacio Thomas e Rua Pedro C. Pinto	560		560			560	1.680	6.720	80.640
23	Rua João Bordinhão	280		280				560	2.240	26.880
24	Rua da 8ª Constituinte			260				260	1.040	12.480
	Quantidades Totais Diária/Semana/Mensal/Anual	15.760	15.680	14.200	14.310	16.440	7.660	84.050	336.200	4.034.400

2.30 Dos totais para execução do serviço:

Total **médio** aproximado a ser executado **por dia** conforme quantitativo, contando 44 horas de trabalho mês, 5,5 dias na semana, 4,5 semanas no mês: **15.281,81 m.**

Total aproximado a ser executado **por semana** conforme quantitativo: **84.050 m.**

Total aproximado a ser executado **por mês** conforme quantitativo: **336.200 m.**

Total aproximado a ser executado **por um ano** conforme quantitativo: **4.034.400 m.**

2.31 Da quantidade e da mão de obra necessária:

Até junho/2016, o serviço de varrição de ruas ainda era executado pelo Município, em que era executado somente a limpeza na área central, AV. XV de Novembro, tendo sido executado o processo para contratação em 07/07/2016, Pregão Presencial 56/2016, Contrato inicial 208/2016. Em que fora ampliada a área de execução para as ruas principais paralelas a Av. XV de Novembro e ruas adjacentes, como foi o primeiro processo executado, por falta de parâmetros ou experiência, fora informada a metragem a ser executada, sem exigência de um número mínimo de funcionários para a execução dos serviços, a qual hoje, para a execução de novo processo, tem-se noção, que pela metragem solicitada deve ter um número mínimo de funcionários trabalhando para que o serviço possa ser executado com perfeição, também para que a empresa contratada não sobrecarregue os funcionários que executarão o serviço.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Da Quantidade: a quantidade solicitada neste processo é menor, comparando-se a quantidade inicial solicitada no processo anterior, Pregão 56/2016, Contrato inicial 208/2016 de 07/07/2016, onde inicialmente foram solicitados 364.080 m mês, mais o aditamento de 89.896 m mês. Como pode ser observado no item 2.4, na quantidade mensal, estão sendo solicitados 336.200 m, comparando-se os números é menor, ocorre que no processo inicial Pregão 56/2016, fora especificado como linha de lateral 1,5 m de largura a ser varrida, que na realidade não necessitam ser executados ou mencionados, confirmado pelos próprios funcionários da empresa que hoje executa os serviços no Município, devido ao trânsito as sujeidades se acumulam mais na beira das calçadas, sendo 1 metro o suficiente a ser especificado como largura lateral.

Se dividirmos a quantidade inicial solicitada em 2016, 364.080 m por 1,5 m, perfazem-se 242.720 m, que multiplicados por 1 m, perfazem os mesmos 242.720 m, mais os 89.896 m, no termo de aditamento processo 30/2017, em que fora estipulado 1 m de largura para a lateral, executando esta soma, seriam **332.616 metros**.

Fazendo este comparativo na realidade serão executados 3.584 metros a mais, neste processo, perfazem-se **336.200 metros** totais mês, estão sendo ampliados uma extensão do trajeto na Av. XV de Novembro, trajeto 3, 1.000 m dia (2.000 m semanais), sentido saída para Saudade do Iguçu/São João; uma extensão do trajeto da Av. Getúlio Vargas, trajeto 2, 1.650 m semanais, sentido saída para a Rodovia dos Imigrantes; ampliou-se de 3 para 4 dias para varrição da Rua 14 de Dezembro, 2.800 m a mais por semana; incluiu-se a extensão de um trecho da Rua Santos Dumont passando a frente da Escola Tasso Azevedo da Silveira até a Rua de acesso ao Pelotão da Polícia Militar 600 m dia (1.200 m semanais); ampliou-se a extensão da Rua Antônio Vicente Duarte, acesso a Rua Santos Dumont; ampliou-se a extensão da Rua 13 de Maio, mais 100 m (200 m semanais a mais) sentido Rua Diogo Antônio Feijó, passando a frente do Colégio Estadual Nova Visão; e ainda incluiu-se um trecho do trajeto da Rua Joaquim Nunes de Farias, entre o Colégio Estadual Nova Visão e o Centro de Educação Infantil Professora Oneide Cecatto dos Santos.

A inclusão de todos estes trechos faz-se necessário devido ao grande acúmulo de sujeidades e lixo nestas extensões, principalmente no trecho a ser ampliado na Av. XV de Novembro, onde localizam-se a Coasul Cooperativa Agroindustrial, a Cerealista Pan e a Sojamil Comércio de Cereais, locais em que a maior parte da produção agrícola do Município é entregue/armazenada, o traslado dos caminhões neste local, gera um grande acúmulo de terra e sementes que caem dos caminhões, causando muita sujeidade e poeira na área, o que vem desagradando muito a população transeunte, bem como os residentes no local, onde será necessário executar no mínimo duas varrições semanais, já na Av. Getúlio Vargas o maior problema é o acúmulo de lixo solto, por pedido também da população será executada uma varrição semanal com a catação do lixo solto na beira das calçadas.

Da mão de obra necessária: hoje a Empresa Ricardo Luis Bonin Eireli – EPP, CNPJ nº 15.006423/0001-96, Engegreen, que detém o contrato com o Município disponibiliza 5 funcionários para a execução dos serviços. A soma total da metragem dos serviços contabilizados no contrato são 453.976 m, 90.795,20 m por homem/mês, contando o mês com a média de 24,75 dias de trabalho (5,5 dias na semana, 4,5 semanas no mês, contara-se como média 25 dias mês), somam 3.668,50 m homem/dia, ou contando com a lateral apenas 1 m, que na realidade é o executado, somam 332.616 m, 66.595,20 m por homem/mês, contando o mês com a média de 25 dias de trabalho, somam 2.663,80 m homem/dia.

Segundo a própria (Empresa Ricardo Luis Bonin Eireli – EPP, CNPJ nº 15.006423/0001-96, Engegreen), informação enviada por e-mail, um homem é capaz de executar 2.000 metros/dia, bem abaixo do que a Empresa está executando hoje, conforme exposto acima, pelo contrato, são 2.663,80 m homem/dia, uma diferença de 690,72 m a mais homem/dia, o que leva-se a crer que está ocorrendo sobrecarga de trabalho.

Conforme a Cartilha de Limpeza Urbana, Trabalho Realizado pelo CPU - Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas do IBAM em convênio com a Secretaria Nacional de Saneamento - SNS - do



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Ministério da Ação Social - MAS. Em uma cidade com 10 mil metros de ruas calçadas, com muito tráfego e duas sarjetas e com frequência de varrição estabelecida em três vezes por semana, verificou-se uma velocidade média de varrição, com um só homem, de 180 m/h, ou seja, 1.440 metros por homem/dia, trabalhando, considerando oito horas por turno. Comparando esse quantitativo a quantidade exposta acima, 2.663,80 m homem/dia, um homem teria que trabalhar quase de 15 horas por dia para executar essa metragem, o que confirmaria a sobrecarga de trabalho.

Segundo projeto apresentado pela Universidade Federal de Juiz de Fora Faculdade de Engenharia - ESA Planejamento e Gestão de RSU LIMPEZA URBANA PGRSU – 2016 (gestão de resíduos sólidos), https://www.ufjf.br/engsanitariaeambiental/files/2012/09/RSU_Cap3_LimP_%c3%ba-blica24052016_V1.pdf, a velocidade usual de varrição é de 1 a 2 km/(dia gari), pois há os fatores a considerar: periodicidade da varrição; extensão total e declividade das ruas; condições de tráfego automotivo; disponibilidade mão de obra / equipamentos; e concentração de lixo. A quantidade máxima aqui exposta 2 km/dia, condiz, com o que a Empresa Ricardo Luis Bonin Eireli – EPP, afirma 2.000 metros homem/dia.

Embora a administração entenda que os fatores, extensão total e declividade das ruas, as condições do tráfego automotivo, aplicação da periodicidade das varrições e a concentração de lixo (sujidades), influenciem no tempo para execução do serviço, para analisar estes fatores, para poder expor parâmetros, a administração teria que ter um estudo mais aprofundado, principalmente das condições do tráfego, nas duas Ruas principais de nossa cidade, apesar de ser uma cidade pequena, há dias em que o tráfego é bem intenso, com certeza tem influência no tempo de execução do serviço, devido aos carros estacionados nas ruas ao que crê-se ser o que mais atrapalha a velocidade de varrição.

Como as Ruas principias a Av. XV de Novembro, trajeto 1 e a Rua 14 de Dezembro são as ruas com o maior fluxo de veículos, os mais intensos, bem como são os maiores trajetos a serem executados por dia, 6.400 e 2.800 metros, considerando que na Avenida XV, são realizadas 5 varrições semanais, e na Rua 14 de Dezembro eram 3 varrições semanais e fora ampliado para 4 varrições, acredita-se que com essa periodicidade nestes trajetos pode ser considerada a capacidade 2.000 metros homem /dia.

Levando-se assim em consideração a informação passada pela Empresa Ricardo Luis Bonin Eireli – EPP, CNPJ nº 15.006423/0001-96, Engegreen, também conforme o projeto apresentado pela Universidade Federal de Juiz de Fora Faculdade de Engenharia – ESA, de que é possível execução dessa metragem, desta forma, impedir o sobrecarregamento de trabalho ao estipular um número mínimo de funcionários para a execução do serviços, também para tentar minimizar os custos do serviço para o Município, no caso de superestimação de mão de obra necessária, aplicando estes dados nas planilhas a seguir:

PLANILHA 1 – Aplicando o cálculo do tempo em horas necessário para executar cada trajeto diário, levando em consideração a quantidade de 2.000 metros/dia.											
Trechos	Segunda 8h	Terça 8h	Quarta 8h	Quinta 8h	Sexta 8h	Sábado 4h	Quant. metros que homem executa dia considerando 2.000 m/dia	Metros que um homem executa por minuto, considerando 2.000 m/dia	Metros a serem executados por dia nos trechos	Total do tempo em minutos para executar os trechos	Total do tempo em horas para executar os trechos
1	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400		2000 m	4,17 m	6400 m	1534,77 min	25,58 h
2			1.800			1.800	2000 m	4,17 m	1800 m	431,65 min	7,19 h
3			1.000			1.000	2000 m	4,17 m	1000 m	239,81 min	4,00 h
4	600			600			2000 m	4,17 m	600 m	143,88 min	2,40 h



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
 Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

5		2.400			2.400		2000 m	4,17 m	2400 m	575,54 min	9,59 h
6	2.800		2.800	2.800		2.800	2000 m	4,17 m	2800 m	571,46 min	11,19 h
7	1.100		1.100		1.100		2000 m	4,17 m	1100 m	263,79 min	4,40 h
8	1.500					1.500	2000 m	4,17 m	1500 m	359,71 min	6,00 h
9				1.650			2000 m	4,17 m	1650 m	395,68 min	6,59 h
10		900			900		2000 m	4,17 m	900 m	215,83 min	3,60 h
11		1.100			1.100		2000 m	4,17 m	1100 m	263,79 min	4,40 h
12		300			300		2000 m	4,17 m	300 m	71,94 min	1,20 h
13		1.500			1.500		2000 m	4,17 m	1500 m	359,71 min	6,00 h
14		500			500		2000 m	4,17 m	500 m	119,90 min	2,00 h
15		240			240		2000 m	4,17 m	240 m	57,55 min	0,96 (1,36 h)
16		280		280			2000 m	4,17 m	280 m	67,15 min	1,12 h
17		980		980			2000 m	4,17 m	980 m	235,01 min	3,92 (4,32 h)
18		540		540			2000 m	4,17 m	540 m	129,50 min	2,16 h
19		540		540			2000 m	4,17 m	540 m	129,50 min	2,16 h
20	2.000				2.000		2000 m	4,17 m	2000 m	479,62 min	7,99 (8,39 h)
21	520			520			2000 m	4,17 m	520 m	124,70 min	2,08 h
22	560		560			560	2000 m	4,17 m	560 m	134,29 min	2,24 h
23	280		280				2000 m	4,17 m	280 m	67,15 min	1,12 h
24			260				2000 m	4,17 m	260 m	62,35 min	1,04 h

PLANILHA 2 – Aplicação do cálculo do tempo em horas necessário para executar cada tra- jeto diário

Trechos	Segunda 8h	Terça 8h	Quarta 8h	Quinta 8h	Sexta 8h	Sábado 4h
1	25,58	25,58	25,58	25,58	25,58	
2			7,19			7,19
3			4,00			4,00
4	2,40			2,40		
5		9,59			9,59	
6	11,19		11,19	11,19		11,19
7	4,40		4,40		4,40	
8	6,00					6,00
9				6,59		
10		4,00			4,00	
11		4,40			4,40	
12		1,20			1,20	
13		6,00			6,00	
14		2,00			2,00	
15		1,36			1,36	
16		1,12		1,12		
17		4,32		4,32		
18		2,16		2,16		
19		2,16		2,16		
20	8,39				8,39	
21	2,08			2,08		



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

22	2,24		2,24			2,24
23	1,12		1,12			
24			1,04			
Quantidade total horas por dia	73,15 h/dia	65,31 h/dia	58,04 h/dia	69,47 h/dia	72,58 h/dia	31,02 h/ meio dia
Quantidade homens necessários por dia 8h/dia	9,14	8,16	7,26	8,68	9,07	7,76
Média de homens necessários 8h/dia	7,75					

Conforme os cálculos apresentados pelas planilhas acima, do tempo necessário para a execução de cada trajeto, somatória total das semanas, aplicação em 8 horas diárias de trabalho, chega-se a média de 7,75 homens dia.

Portanto com todo o explanado acima, para a execução de uma varrição bem feita/realizada, nos dois lados das ruas, entendendo que se tiver sujeiras no meio da rua e nas calçadas estas também de ser retiradas/varridas, a empresa tem que estar ciente que ela deve deixar as ruas limpas, deve executar a remoção dos resíduos acumulados nas lixeiras públicas-cestas de lixo leve instaladas nos passeios, o mínimo aceitável para a execução dos serviços devem ser 8 funcionários para a execução da varrição, mais um motorista.

2.32 Da execução dos serviços:

2.32.1 Os serviços de varrição deverão sempre ser executados concomitantemente dos dois lados da via e logradouros públicos, inclusive no canteiro central ajardinado da Av. XV de Novembro, as equipes deverão se utilizar de carrinho tipo lutocar, guarnecidos com sacos plásticos especiais, suficientemente resistentes, para evitar o derramamento de resíduos, enquanto aguardam no passeio o recolhimento;

2.32.2 A contratada deverá manter regularmente os serviços de varrição, conforme roteiro e quantitativo, bem como executar varrição de resíduos resultantes de eventos ocorridos nesses logradouros, imediatamente após o término dos mesmos, se solicitado pela administração;

2.32.3 Na Rua do Lazer bem como a extensão da Escadaria, a varrição manual será executada na extensão total;

2.32.4 As equipes deverão efetuar o esvaziamento dos cestos de lixo públicos das vias, tanto dos existentes como dos que poderão ser instalados futuramente, repondo os sacos;

2.32.5 As equipes deverão fazer a separação dos resíduos: terra, pedras britas, galhinhos e folhas de árvores, deverão ser acondicionadas separadamente do materiais reciclados (papel, plástico, vidros, ferro, etc.);

2.32.6 O trabalho deverá ser feito de modo que centro da cidade fique sempre limpo.

2.33 Da destinação dos Resíduos:

2.33.1 O transporte dos resíduos acondicionados serão de responsabilidade da empresa contratada, poderão ser encaminhados até o Centro de Reciclagem - Aterro Sanitário Municipal, devendo a Empresa contratada, firmar Termo de Acordo com a Associação dos Catadores de Recicláveis de Chopinzinho – ACREC, que mantém o controle do Centro de Reciclagem - Aterro Sanitário Municipal, destinação dos resíduos sólidos e orgânicos no Município; no caso da destinação em local próprio este deverá ter Licença de Operação concedida pelo órgão ambiental (IAP).

2.33.1.1 A distância entre a área central da cidade e o ponto de descarga é de aproximadamente 7 Km, 14 km ida e volta, distância média de quilometragem diária a ser rodada. A distância entre a



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

garagem e o setor de coleta não está definida, pois é opcional a empresa definir um local de guarda de seu equipamento, não sendo obrigatória a necessidade de garagem.

2.33.2 As equipes de varrição deverão ensacar os animais de pequeno porte, mortos, que porventura forem encontrados em suas áreas de trabalho, comunicando imediatamente o fato ao setor de fiscalização sanitária do município.

2.34 Equipamentos de Segurança e Pessoal para execução do serviço:

2.34.1 A contratada deverá fornecer todos os equipamentos e pessoal necessários ao perfeito desempenho dos trabalhos, e adequados processos de limpeza das vias e logradouros públicos, observando a devida proteção a seus funcionários;

2.34.2 Todos os materiais, ferramentas, equipamentos e veículos (caminhão) necessários para a perfeita execução dos serviços de varrição e coleta, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, tais como: carrinho lutocar, vassouras, sacos de lixo (descartáveis e apropriados, resistentes o bastante para que não ocorram vazamentos), pás, enxadas; EPI'S - protetor solar, luvas de segurança, uniformes – calça, camiseta de manga curta e longa, calçado de segurança, boné, etc. de acordo com as normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT;

2.34.3 É atribuição da contratada apresentar plano de trabalho com a programação de horários conforme itinerários dos serviços, submetidos a aprovação da Prefeitura e dar ciência prévia dos horários de varrição a todos os moradores através de campanhas de esclarecimento (panfletos, carros volantes, rádios, etc.);

2.34.4 Todos os funcionários deverão passar por treinamentos de segurança e utilização de EPI's, educação ambiental, entre outros.

2.35 Obrigações Específicas

2.35.1 Executar a varrição dos resíduos soltos;

2.35.2 Executar a separação dos resíduos soltos;

2.35.3 Executar a coleta dos resíduos;

2.35.4 Dar destinação adequada dos resíduos soltos conforme especificado.

2.35.5 Do controle

2.35.5.1 A Secretaria de Viação e Serviços Urbanos efetuará um controle mensal de medição dos serviços executados, para efeito da execução dos pagamentos. Caso a empresa deixe de realizar a limpeza em algum local determinado, dentre os especificados exigidos no cronograma deste Plano Básico, item 16.2.3, serão descontados do seu pagamento os serviços não realizados.

2.36 DA MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

2.36.1 Cumprir com as exigências da Lei nº 6.514/77, regulamentada pela Portaria nº 3.214/78, em especial as Normas Regulamentadoras NR-5 CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, NR-6 EPI – Equipamentos de Proteção Individual, NR-7 PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, NR-9 PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais em todos os seus itens, subitens e anexos.

2.36.2 Fornecer e exigir a utilização EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) ao pessoal adequados a execução das tarefas; dar treinamento adequado a seus empregados quanto a forma correta de utilização dos EPI's, a periodicidade de troca bem como para que observem as corretas normas de ergonomia.

2.36.3 Socorrer, transportar e dar assistência caso ocorra um acidente ao trabalhador, emitindo o correspondente CAT ao INSS.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

2.36.4 Manter atualizados os exames periódicos de seus funcionários, realizar os devidos exames admissionais e demissionais, bem como seguir corretamente as regras de segurança e medicina do trabalho, mantendo atualizados o PPRA, PCMSO, LTCAT, entre outros.

2.36.5 Deverá a CONTRATADA oferecer o devido treinamento a seus funcionários quanto a forma de realizar suas atividades e operar as máquinas, evitando assim a ocorrência de acidentes.

2.36.6 A CONTRATADA deve evitar que seus trabalhadores prestem serviços em sobre jornada, devendo promover o correto pagamento das horas extras caso isso ocorra, bem como de eventual direito a adicional noturno ou de insalubridade.

2.36.7 Por se tratar de trabalho insalubre, é vedada a contratação de empregados menores de 18 (dezoito) anos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato pelo preço certo e ajustado de R\$ 41.439,97 (quarenta e um mil quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos) mensais, totalizando o Contrato em R\$ 497.279,59 (quatrocentos e noventa e sete mil duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e nove centavos) sem reajuste. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 05.02.154510009.2.012.3.3.90.39 Fonte 000 (1583) – Secretaria de Viação e Serviços Urbanos.

Parágrafo Único: O pagamento de quaisquer taxas, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, ou emolumentos concernentes ao objeto do presente Contrato correrá pôr conta exclusiva da CONTRATADA, desde o início dos serviços até a sua entrega definitiva.

3.2 Os serviços deverão ser executados dentro das especificações exigidas no Plano Básico, parte integrante do Termo de Referência, item 16.

3.3 O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo e no Edital.

3.4 A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentados pelos serviços fornecidos.

3.5 O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

3.6 As Notas de serviço somente serão pagas frente a apresentação do atestado de recebimento expedido pela Secretaria de Viação e Serviços Urbanos, juntamente com os relatórios da empresa, constando a descrição e quantificação dos serviços executados no mês, devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato, apresentação das cópias das guias de recolhimento da Previdência Social – GPS e do FGTS do mês da execução dos serviços, quitadas, com relatório da GFIP, devendo, ainda, apresentar relação dos funcionários que desempenharam as atividades no mês de referência, com indicação de cada função:

3.6.1 Caso a empresa deixe de realizar a limpeza em algum local determinado, dentre os especificados exigidos no cronograma do Plano Básico, item 16.2.3, serão descontados do seu pagamento os serviços não realizados.

3.7 Os pagamentos serão efetuados sempre no dia 15 (quinze) do mês subsequente à prestação dos serviços, com a apresentação da nota fiscal e do atestado de recebimento do Fiscal do Contrato. Pela Secretaria de Finanças.

3.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

4.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

4.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência/ Plano de Aplicação, Edital e seus anexos.

4.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência/Plano de Aplicação e do Edital, para fins de aceitação e recebimento definitivo dos serviços.

4.1.3 Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja reparado ou corrigido.

4.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

4.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao Contrato/Pedido de Empenho, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.1.6 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada perante terceiros, vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos e subordinados.

4.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:

4.2.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital e seus anexos, assumindo com exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.2.2 Reparar ou corrigir às suas expensas o objeto mal executado.

4.2.3 Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o término do prazo de execução do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, se necessário.

4.2.4 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.2.5 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nos mesmos preços e condições da proposta, os acréscimos e supressões nos itens, até o limite de 25%, conforme art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 OUTRAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.3.1 Todos os empregados necessários para a realização dos trabalhos de varrição, transporte e destinação dos resíduos soltos deverão ser contratados pela empresa vencedora da licitação, a qual deverá obedecer a legislação trabalhista e previdenciária dos mesmos e arcar com todos os custos.

4.3.2 A CONTRATADA deverá colocar um funcionário de seu quadro de empregados na direção geral dos serviços (gerente), com a finalidade de acompanhar, orientar e gerenciar os trabalhos, inclusive receber reclamações que possam surgir e receber determinações da fiscalização. A indicação deste funcionário deverá ser feita antes da assinatura do contrato.

4.3.3 A CONTRATADA deverá colocar à disposição da população serviços de DISQUE LIMPEZA, para atender toda e qualquer reclamação a respeito dos trabalhos de sua responsabilidade.

4.3.4 Será terminantemente proibido aos funcionários ingerirem bebidas alcoólicas em serviço e pedirem gratificações, ou donativos de qualquer espécie e discutir com os munícipes a forma em que estão sendo realizados os serviços, sendo que, qualquer reclamação, deverá ser efetuada junto ao Departamento de Serviços Urbanos do Município.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

4.3.5 A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos que, eventualmente, venha a causar ao CONTRATANTE, coisas, propriedades, ou terceiros pessoas, em decorrência da execução do serviço, correndo às suas expensas, sem responsabilidade ou ônus para o CONTRATANTE, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

4.3.6 A CONTRATADA se obrigará a respeitar, rigorosamente, durante o período de vigência do contrato, a legislação trabalhista, fiscal, ambiental e previdenciária, bem como as normas de higiene, saúde, segurança e sinalização, por cujos encargos responderão unilateralmente.

4.3.7 O pagamento do salário aos funcionários pela empresa CONTRADA deverá ser feito por meio de crédito em conta-salário individualizada, visando o fiel cumprimento das obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho, devendo a mesma apresentar os comprovantes da referida transação bancária mensalmente, ou sempre que solicitada.

4.3.8 O pagamento de quaisquer taxas, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, ou emolumentos concernentes ao objeto do presente Contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, desde o início dos serviços até a sua entrega definitiva.

4.3.9 A CONTRATADA deverá manter seus funcionários devidamente uniformizados, e supridos de equipamentos de proteção individual – EPIs apropriados para a realização dos serviços.

4.3.10 A CONTRATADA deverá manter à disposição da CONTRATANTE, relatório diário de todos os serviços executados, bem como deverá apresentar à CONTRATANTE relatório mensal, constando a descrição e quantificação dos serviços executados no mês.

4.3.10.1 Caso a empresa deixe de realizar a limpeza em algum local determinado, dentre os especificados exigidos no cronograma do Plano Básico, item 16.2.3, serão descontados do seu pagamento os serviços não realizados.

CLÁUSULA QUINTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

23.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Solicitante.

23.2 A gestão do Contrato gerado a partir dele ficarão a cargo, do Senhor Glacir Zanata, CPF 441.394.979-04, Secretário Municipal de Viação e Serviços Urbanos.

23.3 A responsabilidade pela fiscalização do Contrato gerado a partir dele, estando sujeitos à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade dos itens do objeto licitado, ficarão a cargo, do Senhor Valdemir de Mattos, CPF 017.714.479-31, Diretor de serviços Urbanos; como Substituto a Senhorita Tânia Aparecida Dalfovo, CPF 103.682.429-27, Auxiliar Administrativo – Secretaria de Viação e Serviços Urbanos.

23.4 Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

23.5 Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme as cláusulas DAS PENALIDADES deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.

23.6 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

6.1 – O Contrato gerados desta Licitação poderá ser rescindido:

6.1.1 – Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;

6.1.2 – Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

6.1.3 – A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

6.2 – O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

6.3 – Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

6.4 – Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

6.5 – Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.

6.6 – Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

6.7 – A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

6.7.1 – A não entrega dos produtos contratados;

6.7.2 – Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

6.7.3 – Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

6.8 – Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

6.8.1 – Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

6.8.2 – Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

6.8.3 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

6.8.4 – Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

6.8.5 – Decisão do Prefeito Municipal;

6.8.6 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

6.8.7 – As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas neste Termo.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI Nº 8.666/93):

7.1 O Contrato gerado poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

7.2 Aplica-se ao Contrato, gerado, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, até o limite de 25%, conforme art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

8.2 O CONTRATANTE decide aplicar ao Contrato gerado, na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor total do Contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor total do Contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

8.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

8.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

8.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

8.6 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

8.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

8.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

8.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Viação e Serviços Urbanos, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

8.7.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

8.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

8.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;

8.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecurável;

8.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO:

9.1 - Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

9.2 - Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.

9.3 - Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

sobre a **CONTRATADA** ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da **CONTRATADA**, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

9.4 - Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO DO CONTRATO

10.1 O prazo de vigência e execução dos serviços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

10.2 O prazo citado no item 10.1 poderá ser prorrogado por iguais e suscetíveis períodos, até o limite estabelecido na legislação em vigor, conforme Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

10.3 O prazo para o início da execução dos serviços será de até 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO

11.1 O valor do contrato poderá ser reajustado após o 12º (décimo segundo) mês da vigência do mesmo, utilizando-se como limite máximo para o reajuste a variação do IPCA ocorrida no período.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REVISÃO/ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

Os preços registrados não serão objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços, e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO:

10.1 - A publicação resumida do instrumento Contratual ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO:

11.1 - Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Contrato.

11.2 - E por estarem cientes de todas as cláusulas e anexos, justos e acordados, os contratantes firmam este instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais.

Chopinzinho, ____ de _____ de 2021.

Edson Luiz Cenci
PREFEITO
CONTRATANTE

Empresa
CONTRATADA



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Gestor
Fiscal
Fiscal Substituto

TESTEMUNHAS:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 49/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA – VARRIÇÃO DE RUAS, PARA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

ANEXO – VII

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS VEDAÇÕES DO INCISO III DO ART. 9º DA LEI FEDERAL 8.666/93.

A (Razão Social da licitante)....., inscrita no CNPJ sob nº....., com sede à Rua, nº, no Município, Estado, neste ato representada pelo Sr(a)....., portador(a) da carteira de identidade RG nº e inscrito(a) no CPF sob nº, **DECLARA** sob as penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município.
Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados **ou qualquer outra autoridade ligada à contratação**, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade _____ nº ____, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.

A presente declaração tem validade pelo prazo de 05 (cinco) anos, sendo obrigatório que a declarante comunique ao município de Chopinzinho, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência, as alterações no quadro societário e/ou de funcionamento da empresa que impliquem em alguma(s) da(s) vedação(es) prevista(s) nesta declaração, tais como alterações de propriedade, do quadro societário, dirigentes, responsável técnico ou legal, conforme vedações previstas no Prejulgado 9 do TCE/PR e Art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local e data.

Assinatura de Representante Legal

OBS: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Parentesco:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Pai/Mãe	Filho (a)	-
2°	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)
3°	Bisavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)

Afinidades decorrentes de Casamento/União Estável:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Sogro (a)	Enteado (a)	-
2°	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) – Irmão (ã) do Cônjuge
3°	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge

Afinidades decorrentes de casamento/união dos parentes consanguíneos:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Padrasto/Madrasta	Genro/Nora	-
2°	Pai/Mãe do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) – Cônjuge do (a) irmão (ã)
3°	Avô (ó) do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Bisneto (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio (a)